

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

SETOR DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE TURISMO

EVERTON FURQUIM

AS ADMINISTRAÇÕES DE VILA VELHA: DAS AGRESSÕES DO PASSADO PARA O  
TURISMO SUSTENTÁVEL.

PONTA GROSSA  
2009

EVERTON FURQUIM

AS ADMINISTRAÇÕES DE VILA VELHA: DAS AGRESSÕES DO PASSADO PARA O  
TURISMO SUSTENTÁVEL.

PONTA GROSSA  
2009

EVERTON FURQUIM

AS ADMINISTRAÇÕES DE VILA VELHA: DAS AGRESSÕES DO PASSADO PARA O  
TURISMO SUSTENTÁVEL.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a graduação de Bacharel em Turismo, pelo Curso de Bacharelado em Turismo, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa.  
Orientador Prof. Dr. Claudio Jorge Guimarães

PONTA GROSSA  
2009

## RESUMO

O presente trabalho analisa as administrações do Parque Estadual de Vila Velha e as alterações apresentadas após a realização do plano de manejo em 2002, visando identificar se o local estudado está adequado para o turismo de acordo com os princípios da sustentabilidade. Foram estudados conceitos e definições em turismo, as leis específicas relacionadas ao tema, como também materiais das diversas áreas do conhecimento que possibilitem um melhor entendimento do fenômeno turístico e suas interações com o meio e a sociedade. Em seguida são analisados os benefícios e pontos fracos encontrados atualmente no parque. O trabalho encerra com algumas propostas voltadas ao turismo como forma de agregar renda monetária ao parque, porém com cuidado para a manutenção dos recursos ambientais. O trabalho foi todo orientado pelas diretrizes do plano de manejo do parque. Ao final dessa obra é esperado oferecer base para uma reflexão em relação ao parque para a proteção e para o turismo.

Palavras – chave: Sustentabilidade, Administrações, Parque Estadual de Vila Velha

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO I</b> .....	<b>10</b>
<b>TURISMO NA NATUREZA: UMA REFLEXÃO SOBRE O AMBIENTE.</b> .....	<b>10</b>
1.1 NATUREZA E ECOLOGIA .....	11
1.2 PAISAGEM E TURISMO .....	13
1.3 POR QUE PRESERVAR? .....	16
1.3.1 Leis para preservação .....	19
1.3.2 Categorias de Manejo e Proteção .....	22
1.4 TURISMO SUSTENTÁVEL .....	25
1.4.1 Parques Sustentáveis .....	27
<b>CAPITULO II</b> .....	<b>29</b>
<b>PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA ASPECTOS GERAIS</b> .....	<b>29</b>
2.1 PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA .....	30
2.1.1 Clima .....	32
2.1.2 Vegetação .....	33
2.1.3 Fauna .....	33
2.1.4 Geologia .....	35
2.1.5 Arenitos .....	35
2.1.6 Furnas .....	37
2.1.7 Lagoa Dourada .....	38
2.1.8 Legado Cultural .....	38
2.2 FATOS HISTÓRICOS ANTECEDENTES AO PARQUE .....	39
2.3 CRIAÇÃO DO PARQUE E ADMINISTRAÇÕES .....	40
<b>CAPITULO III</b> .....	<b>45</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO: IMPLICAÇÕES E PROPOSTAS</b> .....	<b>45</b>
3.1 TERRITÓRIO E ADMINISTRAÇÃO: IMPACTOS E RESULTADOS .....	46
3.2 ANÁLISE DAS PROPOSTAS E SUAS APLICAÇÕES .....	47
3.3 PROPOSTAS PARA O PARQUE DE VILA VELHA .....	57
3.3.1 Padronização do atendimento: .....	58
3.3.2 Trilha da pedra suspensa .....	59
3.3.3 Teatro no parque .....	60
3.3.4 Rapel na Furna .....	61
3.3.5 PEVV, um parque mais acessível .....	62
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>63</b>
<b>REFERENCIAS</b> .....	<b>65</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>70</b>

## INTRODUÇÃO

O interesse em estudar as adequações do Parque Estadual de Vila Velha para um turismo sustentável surgiu pelo fato de que, apesar da revitalização do mesmo, vários registros de depredação podem ser notados e, mesmo com o esforço dos monitores em evitar o vandalismo, é necessária uma campanha de educação ambiental mais incisiva e para que elas resultem em um efeito melhor é preciso um contato maior do turista com o ambiente.

Nesse sentido, o presente trabalho analisa as antigas administrações do parque e aponta alguns impactos resultantes destas administrações. Também é feita uma avaliação dos projetos presentes no plano de manejo seus resultados e quais deles foram postos em prática. Além disso, são apresentadas propostas que possam contribuir com a melhoria na prestação de serviços ao visitante.

A metodologia consiste em pesquisa bibliográfica dos documentos envolvidos no processo de revitalização além de experiência e observações obtidas durante o período de estágio realizado por um ano em 2005 na unidade de conservação objeto do presente estudo.

Como bases teóricas foram usadas o plano de manejo do parque de Vila Velha, material bibliográfico capaz de auxiliar no entendimento dos assuntos referentes à sustentabilidade ambiental e econômica dos recursos, além de conhecimentos adquiridos na experiência de estágio no parque estudado.

No primeiro capítulo são apresentadas concepções que se teve ao longo da história sobre natureza; introdução a noção de paisagem e os motivos que levaram a necessidade de conservar os recursos naturais bem como as leis e métodos que auxiliam no alcance deste objetivo e segue com uma contextualização sobre sustentabilidade.

O segundo capítulo contém uma apresentação do parque: seus aspectos físicos, cultural e histórico.

Encerrando o trabalho discutem-se as administrações e implicações delas, o plano de manejo, em seguida é abordada uma reflexão sobre os projetos que foram propostos durante o processo de revitalização e, finalmente, são apresentadas propostas e sugestões para o turismo sustentável no Parque Estadual de Vila Velha, tais como: a instalação de uma trilha em madeira no caminho para pedra suspensa, exposições sobre a cultura e temas relacionados a datas especiais do calendário, uma programação que também teria relação com uma data comemorativa e que proporcione acesso facilitado ao parque, e adaptações para a realização de rapel nas furnas.

## **CAPÍTULO I**

**TURISMO NA NATUREZA: UMA REFLEXÃO SOBRE O AMBIENTE.**



## 1.1 NATUREZA E ECOLOGIA

O conceito de natureza é discutido desde o período clássico<sup>1</sup> a partir da filosofia grega. O termo *Physis* era usado pelos pensadores pré-socráticos para designar o todo, tanto como “fonte originária”, quanto processo de “surgimento e de desenvolvimento”, ou seja, eles viam a natureza como única. Com as discussões propostas por filósofos como Platão, Aristóteles e o próprio Sócrates, o homem e suas idéias passaram a ser valorizados, surgindo assim, a distinção entre a natureza e o humano. (OS PRÉ-SOCRÁTICOS..., 1978)

Aristóteles foi um dos precursores da “ecologia”, embora o termo ecologia só tenha surgido bem mais tarde, no ano de 1869, com zoólogo alemão Ernst Haeckel. O sofista grego atingiu o ápice de suas pesquisas no ambiente natural com o livro *Historia dos animais*, onde o filósofo fez um recenseamento ordenado de observações ao mesmo tempo em que elaborou uma teoria sobre as relações estabelecidas entre os animais e o meio, como pode ser observado no trecho citado por Pascal Acot “Os animais estão em guerra uns com os outros quando ocupam os mesmos lugares e quando, para viver, utilizam os mesmos recursos”. (Aristóteles, *Historie dês Animaux*, p99; apud ACOT, p3). Apesar de a palavra ecologia derivar das palavras gregas *Oikos*, que significa casa e *Logos* referente a estudo, naquela época não existia ainda um conceito de ecologia, que é entendida hoje como “o estudo das inter-relações do ser com o meio físico e bem como as suas recíprocas influencias” (FORNARI NETO, 2001).

---

<sup>1</sup> Período Clássico: Período marcado por invasões e conflitos, mas também foi nessa época que se destacou o governo de Péricles, quem aprimorou a democracia ateniense e embelezou esta Cidade- Estado com diversas obras públicas. Sua delimitação varia de autor para autor, e pode ser definida entre (VI – IV a.C.) ou de (V – VI a.C), e é considerado por muitos como o apogeu grego. (OS PRÉ-SOCRÁTICOS..., 1978)

Logo no florescimento das idéias renascentistas surgiu a teoria heliocêntrica de Copérnico, a qual derrubou a visão geocêntrica proposta por Aristóteles e Ptolomeu, defendida desde a antiguidade greco-romana.

A percepção de que o sol é o centro do universo e não a terra, como corroborava a igreja fez com que os paradigmas fossem repensados. A perda de poder por parte do clero possibilitou o resgate das teorias antropocêntricas, então o desafio às leis da natureza não era mais visto como ofensa a Deus. Assim, desenvolveu-se a ciência moderna apoiada no método experimental criado por Francis Bacon (1561- 1626) e Galileu Galilei (1564- 1642).

Descartes (1596- 1650) defendia que a natureza existia para servir ao homem e, que entendendo os mecanismos da natureza “poderíamos empregá-los da mesma maneira em todos os usos para os quais são próprios e assim nos tornar como que senhores e possuidores da natureza” (DESCARTES,[s.d.] p.86).Com efeito das teorias dessa visão científica, os recursos naturais passaram a ser usados em função do desenvolvimento o que culminou na revolução industrial iniciada no século XVIII na Inglaterra.

Ainda que a natureza devesse ser domesticada e voltada ao desenvolvimento tecnicista, como defendia alguns pensadores, Carl Von Linné (1707-1778), acreditava que a natureza se dava de acordo com um sistema natural de inter-relações específicas. O teólogo conhecido também por Lineu postulava que deveria existir um equilíbrio o qual era de determinação divina, e que envolveria além das condições bióticas, também as abióticas, ou seja, seres vivos e fatores não vivos estariam sinergicamente interligados (ACOT, 1990, p6).

A teoria de Lineu dos equilíbrios naturais foi rediscutida e laicizada, ou seja, estudada de uma forma científica e sem a influência da igreja, pelos naturalistas Lyell, Haeckel e Darwin este último famoso pela sua teoria sobre a evolução humana a qual dizia que haveria uma relação entre os seres e seus ancestrais, mas que apenas os mais aptos às condições e adversidades ambientais poderiam sobreviver dando assim continuidade a aquela espécie.

Mas foi Alexandre de Humboldt quem conduziu a percepção do equilíbrio natural a uma perspectiva relacionada aos grandes conceitos da ecologia, quando propôs “um conjunto lógico de indicações de pesquisas sobre as relações existentes entre as vegetações e os climas” (ACOT, 1990, p6).

Entretanto uso da palavra “ecologia” passou a ser usado de forma corrente somente a partir de 1970.

Na França a primeira grande “maré negra”, a do petroleiro *Torre Canyon* em 1967, depois as lutas contra a promoção imobiliária que ameaçava gravemente o parque da Vanoise, desempenharam um papel decisivo nessa popularização. Entretanto o problema da legitimidade da exploração da natureza e o do esgotamento dos recursos naturais já se levantava há vários séculos e, mais precisamente, desde o renascimento (idem)

Atualmente diversas questões compõem que se entende por natureza, como se fossem as matizes que compõem um quadro de uma paisagem natural, aliás, a própria paisagem é um componente natural, o qual, no turismo, torna-se importante fator motivador das viagens.

## 1.2 PAISAGEM E TURISMO

Paradoxalmente, apesar das agressões promovidas à natureza, desde muito tempo existe a procura pela natureza intocada, na sociedade cristã, por exemplo, é representada pela busca do novo Éden, ou seja, o paraíso na terra. Ou fantasiada pelos ocidentais em uma terra rica em minérios e farturas como o Eldorado encontrado por Candido, personagem criado por Voltaire (1694-1778), que é transportado a um local com realidade completamente diferente da vivida anteriormente e sem as barbáries e infortúnios desta ultima. Um Eldorado em que tudo parecia estar em harmonia onde os edifícios públicos eram:

[...] elevados até as nuvens, os mercados adornados de mil colunas, as fontes de água pura, os chafarizes de água de rosas, os licores de cana doce que corriam continuamente em grandes praças calçadas de uma espécie de pedraria que derramavam um cheiro semelhante ao do goivo e da canela. (VOLTAIRE; p78, 1996)

A carta de Pero Vaz de Caminha comprova a necessidade de encontrar um paraíso na terra, quando apresenta com detalhes e em linguagem enaltecida, a exuberância das matas, fauna e geografia da “Terra de Vera Cruz”.

Tem ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e a terra por cima toda chá e muito cheia de grandes arvoredos, de ponta a ponta, é tudo praia palma, muito chá e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa. Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é muito bons ares, assim frios e temperados, [...] As águas são muitas; infundas. “E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem”. (CAMINHA P. V. [s.d])

É possível observar então que a paisagem gera no observador um transporte, seja para uma realidade jamais experimentada ou traz a tona momentos vividos anteriormente, como um “realimentador” da memória e dos sentimentos. Isto acontece porque se dá um significado sentimental aos objetos, ou seja, a viagem é motivada não só pelo lugar em si, mas pelo que ele representa, por que o olhar “[...] é construído através de signos e o turismo abrange uma coleção de signos” como esclarece Urry (2001, p.18) em seu livro o olhar do turista, ainda para o autor experiência turística é construída e mantida por elementos externos ao turismo como filmes, discos, literatura e que criam uma expectativa carregada de significados que envolvem diversos sentidos e prazeres diferentes daqueles que presenciamos no cotidiano, portanto quando o turista vai a Paris ele procura o romantismo que ela representa, ou na Inglaterra a tradição que as cidades desse país representam, e reforça citando Culler (1981 p.127 apud URRY, 2001, p 18).

O turista se interessa por tudo como um sinal da coisa em si [...] No mundo inteiro esses exercícios não declarados de semióticos, isto é, os turistas se inflamam, à procura dos sinais das demonstrações de francesismo, do comportamento italiano típico, de cenas orientais exemplares, de autopistas americanas típicas, de pubs tradicionais ingleses.

Então, no turismo, as pessoas se interessam por locais que tenham relação com sua bagagem cultural e história de vida, mas também procuram algo diferente do experimentado

nas atividades diárias estabelecendo uma relação que busca “[...] a concretização de fantasias, a aventura e o inusitado, quanto mais exótica for a paisagem, mais atrativa será para o turista” (RODRIGUES,1997, p.48)

Mas o que define “paisagem”? Diferentes áreas do conhecimento já discorreram sobre o tema, no entanto em um aspecto todos concordam “paisagem [...] é a porção visível do espaço geográfico” (CRUZ, 2002, p.107)

As primeiras percepções sobre a paisagem foram apresentadas pelos artistas, principalmente os que sucederam aos renascentistas, mas foram os geógrafos os primeiros a descrever e interpretá-la cientificamente. Posteriormente vieram os filósofos, psicólogos e semiólogos os quais deram importantes interpretações a respeito do homem e sua relação com a paisagem.

O geógrafo Milton Santos (1999, p: 51; 83) conceitua paisagem como “[...] O conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza”

As relações sociais e suas interferências na paisagem atraíram a atenção de outro segmento da ciência, as ligadas ao estudo da mente humana e das relações simbólicas, como a semiologia<sup>2</sup> e psicologia as quais trouxeram uma interpretação que, permite abranger, atualmente, a visão que se tem de paisagem. Devido à importância da experiência pessoal de cada indivíduo na percepção da paisagem será considerada, nesse trabalho, a definição apresentada por Yazigi (2002, p.122) como:

Sendo a paisagem o que se vê, ela supõe necessariamente a dimensão do real concreto, que se mostra, e a representação do sujeito, que o codifica no ato da observação. A paisagem como fruto dessa observação resulta de um processo cognitivo, mediado pelas representações do imaginário social, pleno de valores simbólicos.

---

<sup>2</sup> Ciência que estuda os signos, ou seja, os significados que o homem dá ao que o rodeia.

E é esta interação de símbolos e sentimentos que motiva a viagem em busca da natureza entocada do refugio para a alma.

No entanto o domínio do homem sobre a natureza parece algo almejado, porém temido em seus efeitos desde mitologia grega, a qual prevê o castigo a Prometeu por entregar ao homem um direito que deveria ser divino, o poder sobre o fogo “pai de todas as artes” (GUZIK et al. , 1980, p.11).

Esse mito demonstra uma antiga, porém coerente impressão de que o homem, embora racional, não saberia manter o equilíbrio das coisas e pudesse colocar em risco a humanidade ao dominar os elementos da natureza, ou seja, um mito que subjetivamente criticava a tomada do conhecimento por mortais desautorizados e que, na atualidade, remete ao cientista moderno, o qual apesar de conhecer muito sobre as leis da natureza, princípios físicos e químicos. Voltados a desvendar os mistérios do homem e do cosmos ou até mesmo produzir de tecnologia não consegue aliar o conhecimento ao progresso ético da humanidade.

Atualmente não seriam correntes que puniriam ou impediriam este neo Prometeu de agir com excessos, mas medidas previstas em lei de cunho preservacionista.

### **1.3 POR QUE PRESERVAR?**

Segundo Paulo Pires (2002), a vontade de conhecer regiões longínquas e o sentimento de nostalgia sempre fez parte das necessidades básicas e imediatas do ser humano, entre as possíveis alternativas para sanar estas necessidades está a viagem à natureza que, ainda pelo mesmo autor, são praticadas há milênios, desde a civilização grega.

Na era contemporânea as transformações advindas da era industrial trouxeram também a necessidade de explorar a matéria prima. (SOUZA, 2007)

Posteriormente, as condutas tecnicistas fizeram aumentar a extração de produtos naturais, não apenas a produção material da mercadoria, mas também a expansão das cidades provocou degradação no meio, principalmente a partir da segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX, durante o apogeu do industrialismo e “[...] com o auge dos modelos de acumulação capitalistas baseados na produção em série e no estabelecimento de esquemas globais de produção/ circulação de mercadorias denominados Fordismo - Toyotismo “ (ANTUNES,1997; apud SOUZA, 2007,p84)

Notada a exploração desenfreada dos recursos, orientados, principalmente pelo tecnocentrismo e pelo ambientalismo cornocupiano, o qual acreditava que os recursos não se esgotariam ou quando esgotado seriam substituídos, as discussões sobre as praticas ambientais se acentuaram.

Tais ameaças ao meio natural motivaram a criação de áreas onde fosse possível preservar os ecossistemas.

As áreas antes definidas como habitats naturais de várias espécies foram sendo reduzidas, fragmentadas, criando-se verdadeiras ilhas de sobrevivência circundadas por pressões antrópicas por todos os lados. Decorre daí a necessidade de manutenção dessas manchas naturais. (MACHADO, 2005, p.50)

O primeiro modelo de preservação legalmente amparado foi parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos, Criado em 1872 (PIRES, 2002) com o objetivo de preservar as paisagens intocadas, para isso o governo norte-americano determinou que a região virasse uma reserva e proibiu a colonização no local bem como sua venda ou locação, este foi um modelo que muitos países seguiram e o qual muitos adotam até hoje. (BENSUSAN, 2006).

O exemplo dos EUA influenciou, no Brasil, onde o engenheiro e político André Rebouças, no ano de 1876, propôs a criação de dois parques nacionais: Sete Quedas e Ilha do Bananal. No entanto nem Sete Quedas nem o parque que protegeria a maior ilha fluvial do mundo, localizada no Tocantins, foram efetivados. (URBAN, 1998 apud MORSELLO, 2001, p.152)

Desde a primeira tentativa da criação de um parque aos moldes de Yellowstone no Brasil se passaram mais de sessenta anos, até que no ano de 1937 foi criado o Parque Nacional de Itatiaia, localizado na divisa dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, oficialmente reconhecido como o primeiro parque nacional do país. (DIEGUES, 1994; SANTOS, 1994 apud MORSELLO, 2001, p.152)

Em 1939 segue a criação de mais dois outros parques nacionais: O Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro e posteriormente o Parque Nacional do Iguaçu, embora este mesmo parque tenha surgido em 1916 a nível estadual, ou melhor, província do Paraná. Mais tarde doado ao governo federal se tornou parque nacional, atitude que possibilitou a proteção das cataratas e da mata abrangida pela área de proteção, localizada no Paraná. (IBDF, 1982 apud MORSELLO, 2001, p.153)

A criação destes parques foi um importante mecanismo de proteção das florestas e manutenção dos diferentes tipos de vegetação existentes, pois nestas áreas protegidas de ações predatórias muitas espécies também encontraram refúgio, principalmente levando-se em conta um fenômeno crescente no turismo das décadas de cinquenta a setenta, que surgiu alimentado exatamente pela necessidade das pessoas de freqüentar áreas naturais e experimentar atividades aventureiras ligadas à natureza, visto que sentiam as pressões do crescimento urbano e o impacto psicológico gerado pelas transformações industriais e além das inquietações que surgiram pela instabilidade advinda das guerras.

O fenômeno referido anteriormente é o da massificação do turismo, assim denominado, por levar grande quantidade de pessoas a um destino. (RUSCHMANN, 1997, p.15). Este tipo de turismo, também denominado por Poon (1989,p.91 apud RUSCHMANN, 1997, p.15) como “turismo velho”, só foi possível porque houve um aumento na quantidade de vôos charters e a venda de “pacotes turísticos” que possibilitou levar milhares de pessoas a diferentes partes do planeta.



No entanto o crescimento na quantidade de viagens não significa uma evolução no turismo, pois, atualmente, um turismo desenvolvido é o que permite a “flexibilidade das atividades, pela segmentação dos mercados e por experiências turísticas mais autênticas.” (POON, 1989, p. 91 apud RUSCHMANN, 1997, p.15). Tais atividades dependem da manutenção do meio bem como são elas também mantenedoras desse meio, forma de turismo encontrada na segmentação de mercado conhecida como ecoturismo, no qual se observa uma utilização sustentável da área visitada. Mas esta prática só é possível porque existem espaços de natureza preservados que as permitam.

A reflexão quanto à natureza como é encontrada hoje e a documentação de como era ela, em um passado ainda recente, possivelmente foi uma das motivações para desenvolver mecanismos que pudessem manter áreas selvagens e intocadas. Assim, surgiu nos Estados Unidos a idéia de preservar a wildness, ou, vida selvagem. A idéia inicial era que, mesmo com as alterações na biosfera, “poderiam existir pedaços do mundo natural em seu estado primitivo” (SERRANO; BRUNS, 1997, p.8). Com efeito, foram criadas as áreas naturais protegidas.

A criação das áreas protegidas fez parte de um movimento de reação contra o Culturalismo, corrente filosófica dominante no ocidente do período entre primeira e segunda guerra mundial e que acreditava na cultura como determinante do comportamento humano em oposição às determinações da natureza. Assim com a visão de que o homem é possível observar que a idéia era realmente afastar a natureza do homem, para preservá-la, porém esta serviria para ser admirada por este mesmo homem e para que este pudesse repor as energias gastas com as funções monótonas e alienantes que a vida social viesse a trazer. (MASCOVICI, 1974 apud SERRANO; BRUNS, 1997, p.86)

### **1.3.1 Leis para preservação**

As leis ambientais procuram não só defender o direito ao lazer, mas zelar pelos direitos naturais. Defendida por pensadores como John Locke e Thomas Hobbes, a teoria do direito natural prevê um direito não escrito nem construído socialmente, mas que surgiu da essência humana e que está orientado pela manutenção da vida, ou seja, um direito que não depende de convenções sociais e por ter seu conteúdo estabelecido pela própria natureza pode ser aplicado em qualquer lugar em qualquer circunstância. Um princípio que norteia o direito de cada nação (direito positivo). Os direitos naturais têm sua ligação à preservação do meio ambiente reconhecida no discurso de D'ISEP.

“A atual buscada convivência harmônica com a natureza traduz a conquista anterior de muitos ideais e direitos naturais, a começar pela própria garantia da sobrevivência.” (D'ISEP, C, 2009, p36)

A resposta às pressões contra o meio ambiente veio em forma de conferências e tratados internacionais. No ano de 1972 ocorreu a assembléia geral das ONU- Organização das Nações Unidas, reunida em Estocolmo. A declaração resultante dessa reunião dispõe sobre a defesa dos direitos naturais e cobra políticas ambientais dos países:

O homem tem direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas, em meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna, gozar de bem-estar, e é portador da solene obrigação de proteger e melhorar esse meio ambiente, para gerações presentes e futuras. (ONU, 1972)

Alem de tratar sobre os recursos naturais e fauna e flora, o documento também chama a atenção para a responsabilidade ambiental dos países que devem “... adotar um enfoque integrado e coordenado de planejamento de seu desenvolvimento”, embora a carta considere que cada país é soberano para explorar os próprios recursos, desde que não cause prejuízo ao meio ambiente de outros países.

No Brasil, seguindo as recomendações das Nações Unidas, começaram a surgir as resoluções referentes ao meio ambiente já na mesma década da conferência em Estocolmo.

Em 1979 no governo de João Figueiredo foi aprovado o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, na qual se define Parque Nacional como “[...] Áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidas à condição de inalienabilidade e indisponibilidade no seu todo.” (BRASIL. Decreto N°84.017/1979 apud SOUZA; CORREA, p 199, 2000) e são destinados a “[...] Fins científicos, culturais, educativos e recreacionais e, criados e administrados pelo Governo Federal, constituem bens da União destinados ao uso comum do povo, cabendo às autoridades, motivadas pelas razões de sua criação, preservá-los e mantê-los intocáveis.” (ibidem)

Nos dois anos seguintes o governo avançou na preservação ambiental com a aprovação da lei que dispõe sobre a criação das Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, no Art. 1° da Lei n° 6.902/1981 citado por Correa (2000, p.224).

Estações Ecológicas são áreas representativas de ecossistemas brasileiros, destinados à realização de pesquisas básicas e aplicadas de Ecologia, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista.

Esta lei estabelece, ainda, que 90% ou mais da área da Estação Ecológica será destinada a preservação integral do ambiente biológico, cabendo ao restante a possibilidade da destinação a pesquisas que alterem o ambiente natural. (ibidem)

Com a nova constituição de 1988 o meio ambiente foi contemplado na carta magna da federação. Seguindo as orientações de Estocolmo 1972 o artigo 225 da CF reforça os direitos naturais. “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (BRASIL,art.225 da CF/1988)

No Brasil, assim como nos outros países as orientações da UNEP foram adaptadas à “legislação, valores, condições geográficas, habitacionais, de desenvolvimento, enfim de

acordo com sua cultura” Assim como os estados e municípios brasileiros quando reproduzem as diretrizes federais. (D’ISEP, C, 2009, p57)

### 1.3.2 Categorias de Manejo e Proteção

No Brasil, existe uma diferença entre as denominações área protegida e unidade de conservação, segundo Milano (2005 apud TAKAHASHI, 2005) a primeira é uma condição genérica, prevista na lei e auto-aplicável, usada como um termo geral, ao passo que a segunda define uma condição específica, com limites e objetivos pré-determinados e que requer ato próprio para ser criada.

O autor citado anteriormente apresenta também algumas determinações quanto ao modo de proteção do ambiente, portanto:

**A) - Áreas silvestres** são as áreas naturais, ou com predominância natural a qual e utilizada de acordo com restrições que permitam o benefício da sociedade como um todo.

**B) - Áreas protegidas** são áreas que já estão protegidas por lei e identificadas pela mesma, como áreas compostas por margens de rios, topo dos morros, encostas íngremes, reservas legais das propriedades e também as próprias unidades de conservação sejam quais forem, e em suas diferentes categorias.

**C) - Unidades de conservação** são legalmente instituídas pelo estado, para o objeto de conservação e com limites definidos. Regidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), são com postas por espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo águas jurisdicionais, com características naturais relevantes.

Devido às necessidades específicas das áreas sob regime de conservação, foram estabelecidos tipos distintos de unidades de conservação, que são as “categorias de manejo” estas são divididas em dois grupos. Será apresentado o primeiro grupo pela importância que representa para o presente trabalho. O referido grupo está caracterizado como Unidade de

proteção integral (criada com o intuito de preservar a natureza, sendo permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, a não ser no que a lei disponha o contrario). É necessário chamar a atenção aqui para a importância da referida categoria de manejo, visto que prevê a criação dos parques nacionais e as condições de utilização dos mesmos, e que são aplicadas de mesma forma no manejo dos parques estaduais. (TAKAHASHI, 2005)

De acordo com a lei nº 9.895 de 18 de julho de 2000 e que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), para as categorias do 1º grupo são previstas as seguintes possibilidades de uso público:

**Estação ecológica:**

É usada apenas com objetivo educacional de acordo com o que permite o plano de manejo da unidade ou regulamento específico.

**Reserva biológica:**

Permite visita de cunho educacional, de acordo com o regulamento específico.

**Parque Nacional:**

De visitação pública, desde que respeitado as disposições do plano de manejo, normas dos órgãos públicos administradores, e regulamento específico. Este mesmo sistema de manejo é aplicado aos parques estaduais, como é o caso do Parque estadual de Vila Velha.

**Monumento Natural:**

Seguem as mesmas orientações dos parques nacionais.

**Refugio de vida silvestre:**

Que também devem seguir o plano de manejo da unidade, regulamento específico, e normas estabelecidas pelos órgãos administradores. (BRASIL.SENUC, 2000)

Como o objeto de estudo em questão é um parque estadual, portanto pertencente a uma categoria de manejo de proteção integral segue a tabela dos objetivos gerais de acordo

com o zoneamento da unidade. Nesta tabela estão indicadas as atividades que podem ser desenvolvidas de acordo com características particulares da cada espaço.

Quadro 1: Objetivos Gerais das Categorias de Manejo de Proteção Integral, Conforme o Zoneamento da Unidade

<b>Zona</b>	<b>Objetivos gerais</b>	<b>Parque nacional</b>	<b>Reserva biológica</b>	<b>Estação ecológica</b>
<b>Intangível</b>	Preservação de recursos naturais garantindo o processo evolutivo	C	C	C
<b>Primitiva</b>	Preservação dos ambientes naturais ou pouco alterados e dos recursos genéticos, proporcionando facilidade para pesquisa científica e, limitadamente para recreação	C	C	C
<b>De uso extensivo</b>	Manutenção de um Ambiente natural ou pouco alterado oferecendo facilidade de acesso público para fins recreativos.	C	I	M
<b>De uso intensivo</b>	Promoção da educação ambiental e recreação ao ar livre em caráter intensivo e harmonioso com o meio.	C	I	I
<b>Histórico cultural</b>	Preservar sítios históricos, culturais e arqueológicos em harmonia com a preservação ambiental	C	I	I
<b>De recuperação</b>	Deter a degradação dos recursos naturais da área e promover a recuperação do ambiente local	C	C	C
<b>De uso especial</b>	Minimizar o impacto da implantação estruturas e obras de serviços no ambiente natural ou cultural da área protegida	C	C	C
<b>De uso experimental</b>	Proporciona a realização de pesquisas científicas em ecologia que possam implicar alterações no ambiente natural.	I	I	C
<b>Tampão ou de entorno</b>	Regulamentar o uso da terra no entorno da unidade, reduzindo o impacto das atividades externas sobre o ambiente interno (não constitui zona da unidade em si)	C	C	C

OBS.: C (Compatível), I (Incompatível), M (Moderadamente Compatível)

Fonte: IBAMA (1992) adaptado por Milano (2005 apud TAKAHASHI, 2005)

Os procedimentos elencados acima se tornam uma ferramenta capaz de proporcionar a preservação, sem alienar a população do patrimônio natural, o que possibilita a realização do chamado turismo em áreas naturais: segmentação do turismo que serve de base para as práticas do Ecoturismo, Turismo de Aventura e o, recentemente desenvolvido, Geoturismo.

O parque de Vila Velha permite a realização do Turismo de Natureza, ou também denominado Turismo Ecológico pelo fato de que permite um contato com a natureza porém não oferece recursos ou não agrupa características o suficiente para que possa ser enquadrado como Ecoturismo ou Turismo de Aventura, para esclarecer a diferença entre tais modalidades turísticas faz-se necessário apresentar seus referentes conceitos, a saber:

Turismo de Natureza / Ecológico: Setor especializado do turismo que proporciona o contato com a natureza, que pode ser desfrutada simplesmente pela observação ou por estudo sistemático. É ligado ao meio ambiente natural e geralmente é praticado de forma amadora, enfatiza pequenas excursões a áreas naturais e pode incluir visita a local de interesse cultural ou tradicional, além de priorizar o desenvolvimento que respeite o ambiente, educação ambiental, e utilização dos recursos naturais pelo turista. SOUZA e CORREA (2000 p 146, 147) apesar de apresentarem nomes parecidos tal pratica difere do Ecoturismo pelo fato de que neste último ocorre uma simbiose entre turista e natureza, como segue, Ecoturismo é:

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (EMBRATUR/IBAMA, 1995, P.19 apud RODRIGUES, 2003, p. 118)

Também é possível nos parques e áreas naturais em geral a realização de esportes de aventura que se enquadra ao chamado Turismo de Aventura que sob definição da EMBRATUR:

É o segmento do mercado turístico que promove a pratica de atividades de aventura e esporte recreacional, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam emoções e riscos controlados, exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, a adoção procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental sócio cultural. (FILHO, P. S. M., 2006)

As atividades turísticas na natureza têm ganhado cada vez mais adeptos principalmente as que estão relacionadas à sustentabilidade. O termo surgiu no final do século XX, como descreve (AFONSO, 2006) e, segundo ela, era uma forma de reflexão para equacionar os problemas ambientais vividos.

#### **1.4 TURISMO SUSTENTÁVEL**

As pressões sob o ambiente provocadas pelos equipamentos e uso indiscriminado das localidades para o turismo fez surgir a preocupação com a sustentabilidade do turismo que

segundo a Organização Mundial do Turismo - OMT (1999), citada por Rodrigues (2003, p.118) é satisfazer as necessidades presentes dos turistas

[...] Ao mesmo tempo em que, preserva as regiões de destino e incrementa novas oportunidades para o futuro. O turismo sustentável deve ser concebido de modo a conduzir à gestão de todos os recursos existentes, tanto do ponto de vista da satisfação das necessidades econômicas, sociais e estéticas, quanto da manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas de suporte à vida.

Para a Organização dos Estados Americanos – OEA o turismo sustentável está apoiado em três conceitos básicos:

**Sustentabilidade Ecológica:** Tem desenvolvimento compatível com a manutenção dos processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e recursos biológicos.

**Sustentabilidade Cultural:** O desenvolvimento deve proporcionar ao homem mais controle de sua vida, ser compatível com a cultura e com os valores da população envolvida, manter e fortalecer a identidade da comunidade.

**Sustentabilidade Econômica:** Com desenvolvimento pautado na gestão economicamente eficiente dos recursos, ordenados de tal maneira que possam também servir a gerações futuras. (PIRES, 2002)

Pires chama a atenção para a abordagem conceitual feita por Capece, que diferencia “turismo sustentável” de “turismo sustentado”. Segundo este, o turismo sustentado refere-se à atividade econômica propriamente dita, focada na rentabilidade, ao passo que turismo sustentável considera os fatores de produção que tornam possível a atividade econômica. Assim as negociações estabelecidas e as ações realizadas seriam encaradas de formas diferentes. (PIRES, 2002)

Portanto as ações realizadas nas áreas naturais devem respeitar a política do menor impacto à medida que possibilita o uso satisfatório de sua estrutura sem comprometer o uso pelas gerações futuras.

No Parque Estadual de Vila Velha, como se pode observar pelo plano de manejo, as propostas para tornar a administração do local sustentada foram pensadas, no entanto os projetos que possibilitariam isto como os campos de desafio, caminhadas noturnas, safári fotográfico que serviriam como forma de acrescentar renda ao parque não foram colocados em prática. Assim apenas os projetos que atendem à sustentabilidade do ambiente foram



aplicados até o momento, mas o fato de nem tudo o que foi planejado ter sido efetivado acarreta em dificuldades que vão desde a manutenção financeira como até mesmo a manutenção do ambiente físico e natural presente no PEVV. Como pode ser visto no decorrer do presente trabalho.

#### **1.4.1 Parques Sustentáveis**

Como visto anteriormente se tem acentuando as preocupações com a sustentabilidade dos recursos, ou seja, utilizar estes recursos de forma a perpetuar uma atividade, porém esta prática não está restrita apenas ao meio ambiente, ela se estende aos aspectos econômicos, sociais culturais entre outros aspectos integrantes das relações sociais modernas.

Por isso para um parque é importante não só preservar os recursos naturais (qual alias é a razão de sua criação e jamais deve ser negligenciada), mas também garantir a sustentabilidade econômica do local, para isto é adotada administração sustentável de um parque, a qual deve utilizar alternativas que permitam aumentar, de forma controlada, o fluxo de visitas. Gerando dessa forma renda que poderá, de acordo com as políticas de cada órgão gerenciador da UC, ser revertida para a manutenção das instalações e aprimoramento dos recursos da mesma.

Para tornar possível a prática mencionada acima, podem ser utilizadas estratégias como adoção do ecoturismo e esportes de aventura, além de exposições e eventos com temas e pertinentes a cada unidade e recursos disponíveis.

No Brasil existem alguns parques que podem servir como exemplo para uma administração sustentável. Um deles é o Parque Estadual Do Rio Doce em Minas Gerais, que é administrado pelo Instituto Estadual de Floresta (IEF). Localizado na Bacia do Rio Doce e abrigo da maior área contínua de mata atlântica do estado, a UC tem como uma das principais

atividades o Ecoturismo que, segundo Zysman Neiman ([2009?]) professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) “[...] atividades como o ecoturismo promovem o encontro entre o ser humano e a natureza, propiciando uma maior aproximação e agregando valores afetivos e de preservação ao meio ambiente”.

A administração Parque do Rio Doce percebeu a importância de preservar o ambiente utilizando como alternativa o ecoturismo, o que permite uma diversidade de atrações e meios de renda como descreve Vinícius de Assis Moreira Turismólogo e analista ambiental do IEF “[o Parque]... é aberto à visitação e possui vários atrativos para os turistas, como caminhadas ecológicas e trilhas, porém ele não perde uma de suas principais características, que é a conservação do meio ambiente para as gerações futuras" (idem)

Outro parque que conseguiu aliar a conservação ao uso consciente e rentável da área é o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, ele é considerado patrimônio natural da humanidade, o que é claro lhe confere algumas vantagens quanto à destinação de verbas e visitação, além de se diferenciar do citado anteriormente e da UC objeto de estudo neste trabalho pelo fato de ser gerido pela esfera federal, e não pelo respectivo estado como os anteriores mencionados. No entanto, serve como referência em organização como um todo, e como fonte para elaboração de propostas de melhoria na atratividade turística em uma Unidade de Conservação. As estratégias usadas no Parque Nacional do Iguaçu podem ser adaptadas a realidade de cada parque independente da natureza administrativa, pois muitas soluções as encontradas são perfeitamente aplicáveis a custo razoável e, em alguns casos, são soluções simples, porém eficientes.

## **CAPITULO II**

### **PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA ASPECTOS GERAIS**

## 2.1 PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA

O Parque de Vila Velha (PEVV) apresenta uma localização estratégica para o turismo, por estar em um corredor viário que permite a ligação com o litoral do Paraná, passando por Curitiba, às regiões Sudoeste, Norte e Nordeste do estado. A principal via de acesso ao parque se dá pela rodovia BR-376, a qual se encontra pedagiada e em bom estado de conservação.

A uma distancia de aproximadamente 20 quilômetros do centro da cidade de Ponta Grossa, e afastado em aproximados 80 quilômetros da capital paranaense, Curitiba, o parque possui cerca de 3.803,28 hectares de área, e está sob as coordenadas geográficas  $25^{\circ}12'34''$  e  $25^{\circ}15'35''$  de latitude S,  $49^{\circ}58'04''$  e  $50^{\circ}03'37''$  de longitude oeste (OW), chegando a altitude máxima de 1.068m, onde está a área denominada Fortaleza. Posicionado na região do segundo planalto paranaense, na elevação denominada escarpa devoniana, que recebe este nome por ter em sua sustentação o Arenito Furnas, formado nesse período, no entanto sua geomorfologia atual é bem mais recente, com idade de aproximadamente 65 milhões de anos, ou seja, período cenozóico, portanto a denominação mais correta seria escarpa do arenito devoniano (MENEGUZZO; MELLO)

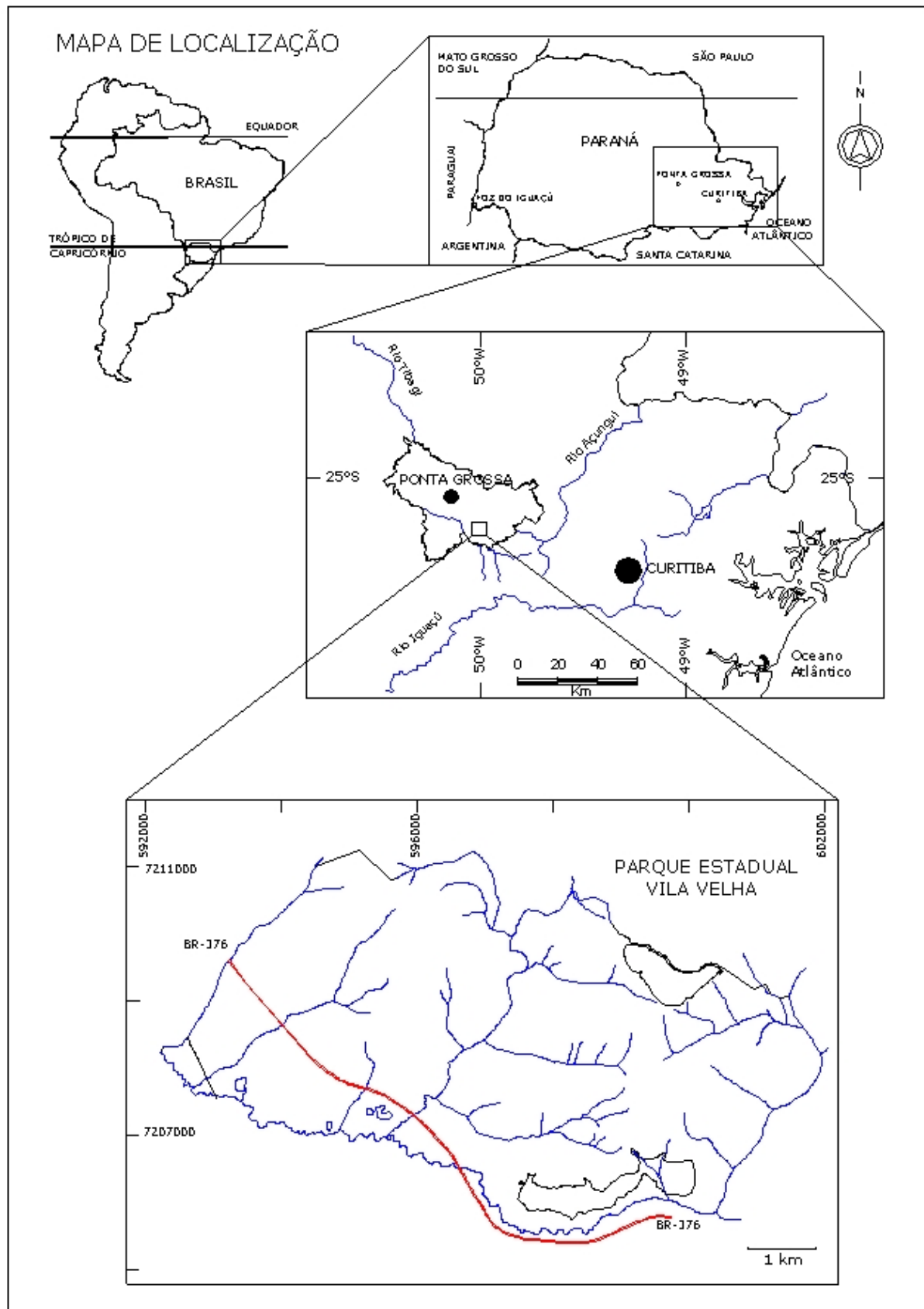


Figura 1 - Mapa De Localização.

Fonte: Plano de Manejo do Parque Estadual de Vila Velha

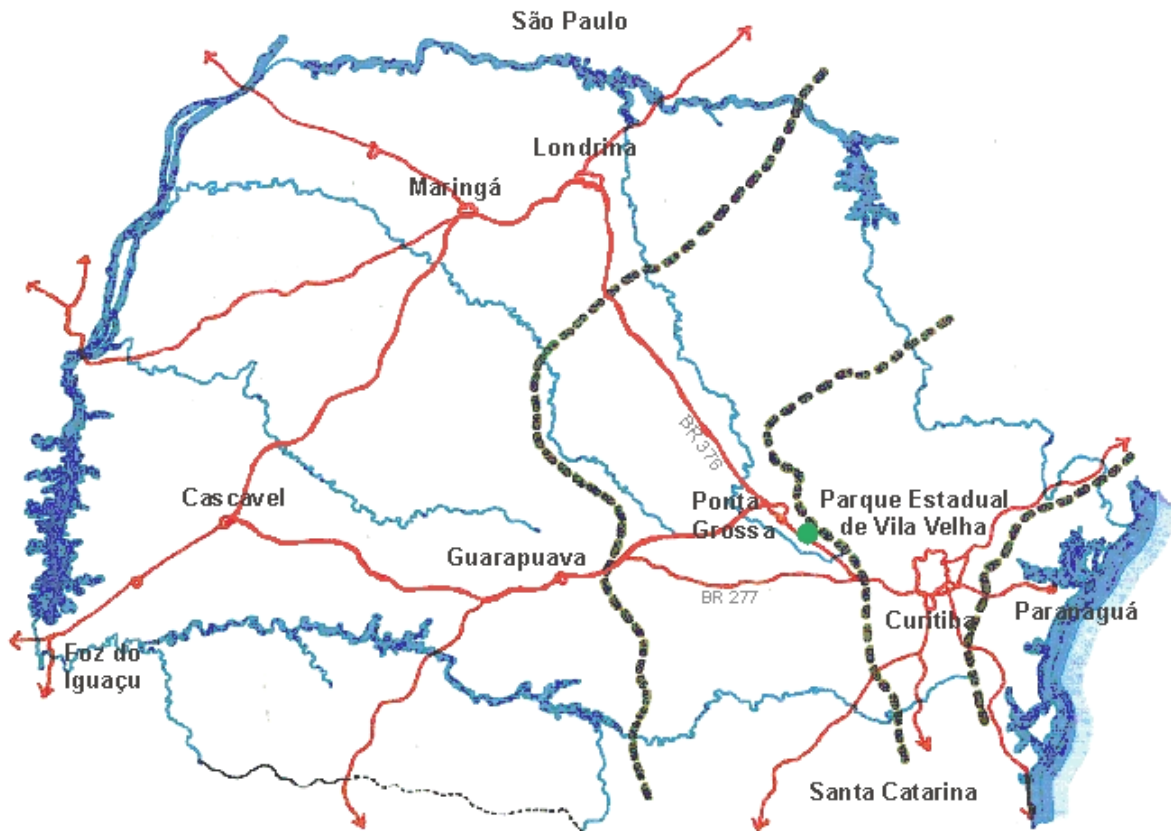


Figura 2 - Principais Acessos Ao Parque.  
 Fonte: Plano de manejo do Parque estadual de Vila Velha.

### 2.1.1 Clima

Pela classificação climática de Koppen<sup>3</sup>, Vila Velha se enquadra no tipo cfb (clima temperado), com temperatura média no mês mais frio abaixo de 18°C (mesotérmico). Com verões frescos, temperatura média abaixo de 22°C no mês mais quente e sem uma estação seca definida.

Em média, ocorrem de 10 a 25 dias de geadas por ano e 200 a 270 horas de frio abaixo de 7°C para os meses de maio a agosto. A precipitação anual para o parque é de 1545 mm,

---

<sup>3</sup> Koppen: É o sistema de classificação global dos tipos climáticos mais utilizada pela geografia, climatologia e ecologia. Consiste na classificação indicada por letras do alfabeto, de acordo com características específicas. Adotado no Brasil para indicar as especificações climáticas.

sendo janeiro o mês mais chuvoso, com 188,20 mm e o mais seco agosto com 79,90 mm e o total de dias com o céu coberto somam, em média, 125 dias por ano. (IAPAR, 2004 apud PARANÁ, n° 004/2002)

### **2.1.2 Vegetação**

Segundo Takeda et. al (2002) e dados do plano de manejo o PEVV pertence à região denominada Campos Gerais, caracterizada por campos abertos e gramíneas baixas em quase toda sua abrangência.

A vegetação encontrada na área do parque é classificada como pertencente à região da Floresta Ombrófila Mista e Ecossistemas Associados (Floresta com Araucária). As florestas ocorrem em capões e matas de galeria, também denominada mata ciliar, por percorrer as margens de pequenos rios e córregos.

É característica da área a ocorrência da *Araucária angustifolia* (pinheiro do Paraná) que, devido sua posição sociológica e características morfológicas é facilmente identificada a área em que está presente. No parque o que restou dessa formação pode ser encontrado em pequenos capões ou em uma grande área continua com a denominação de Capão Grande.

Além do citado acima existem outras espécies e ambientes ocorrentes, como espécies de campo seco, campo úmido e rupestre.

### **2.1.3 Fauna**

A diversidade de ambientes presentes no parque permite uma grande variedade da fauna, com espécies importantes para a cadeia trófica regional. Algumas espécies são perseguidas por causarem problemas aos moradores das proximidades e por isso corre risco

de extinção, entre elas o Lobo-guará, Onças, Andorinhão, Macuquinho-da-varzea e o Chocada-mata.

Além das espécies descritas acima também ocorrem, 323 espécies de Lepidópteros, 21 espécies de peixes, entre elas o Curimbatá (*Prochilodus lineatus*), Tabarana (*Salminus hillarii*), e o Cará (*Geophagus brasiliensis*), que habitam a Lagoa Dourada. No entanto a furna 2 merece destaque, pois abriga lambaris que apresentam características que podem indicá-los como uma nova espécie que surgiu no parque e que só existe nesse ambiente (endêmica).

Entre os anfíbios já foram catalogadas 19 espécies, algumas delas raras como a Rã-de-chifres (*Proceratophrys boiei*) e a Perereca-bicuda (*Scinax squalirostris*).

O ambiente rochoso do parque facilita a ocorrência de reptéis, são 35 espécies levantadas com destaque para algumas raras e ameaçadas de extinção como a Cobra-capim (*Liophis almadensis*), Cobra-de-listras (*Lygophis flavifrenatus*), Cobra-cipó (*Chironius flavolineatus*), além destas o parque abriga algumas cobras peçonhentas como a coral verdadeiro (*Micrurus altirostris*), Urutu (*Bothrops alternatus*) e a Cascavel (*Crotalus durissus*). (GODOY, P., 2005)

A avifauna é composta por 233 espécies entre aves residentes (com presença o ano todo) e migratórias (com ocorrência somente em estações específicas).

Os mamíferos somam 60 espécies e com animais de grande atratividade para o visitante e que encontram no parque um importante refugio, visto que as espécies presentes no PEVV representam 75% dos mamíferos ocorrentes na bacia hidrográfica do rio Tibagi. Nas dependências de Vila Velha vivem o Lobo guará (*Chrysocyon brachyurus*), a Suçuarana (*Puma concolor*) ou Onça parda, Veado-catingueiro (*Mazama gouazoupira*) além de quatis e outros representantes dessa classe. (idem)



#### **2.1.4 Geologia**

Diversos são os tipos de solo que compõem o terreno de Vila Velha, mas para fins de visitação de um modo geral o que chama atenção é o aspecto das formações rochosas que foram, a maioria delas, originadas pela deposição de sedimentos dos períodos, devoniano (400 ma) e carbonífero 300 milhões de anos. Essa sedimentação ocorreu em diversos períodos o que permitiu a formação de grupos de rochas com características diferentes.

O parque está localizado na região de ocorrência do agrupamento rochoso denominado Itararé e tem em sua base o arenito furnas e no topo o arenito Vila Velha. Com idade de 400 milhões de anos, o arenito do tipo Furnas apresenta sedimentos grossos ou médios, e uma coloração que pode ser esbranquiçada, arroxeadada ou amarelada dependendo de sua composição mineral. Esta “porção do arenito furnas aflora desde o sul do estado do Paraná até proximidades de Itapeva” (PARANÁ, Secretaria de Estado e..., 2004)

Já o arenito Vila Velha, mais recente (300 ma), apresenta grãos mais finos e maciços, pode ser composto basicamente por grãos de areia e elementos que funcionam como “cimento” ao agregar a areia, estes elementos, no caso deste tipo de arenito, podem ser óxidos de ferro ou manganês. (PARANÁ, Mineropar)

#### **2.1.5 Arenitos**

As esculturas naturais do Arenito, Vila Velha, foram ocasionadas por variações térmicas, atividade orgânica e ações pluviais que provocaram o desgaste e erosão, nos últimos 1,8 milhão de anos. Esta rocha começou a se formar pela compactação e endurecimento de camadas sucessivas de areia, em um período em que a América do Sul ainda estava ligada à África, à Antártida, à Oceania e à Índia, compondo um grande continente denominado

Gondwana. Nesta época a região onde se localiza Vila Velha estava mais próxima ao Pólo Sul e com temperatura média muito baixa, período em que a terra passava por uma das grandes eras glaciais, denominada glaciação gondwânica permo-carbonífera. Com o derretimento das geleiras que cobriam esta área os sedimentos eram levados para partes mais baixas do relevo onde eram depositados em lagos glaciais formados pelo derretimento das geleiras. (PARANÁ, Mineropar)

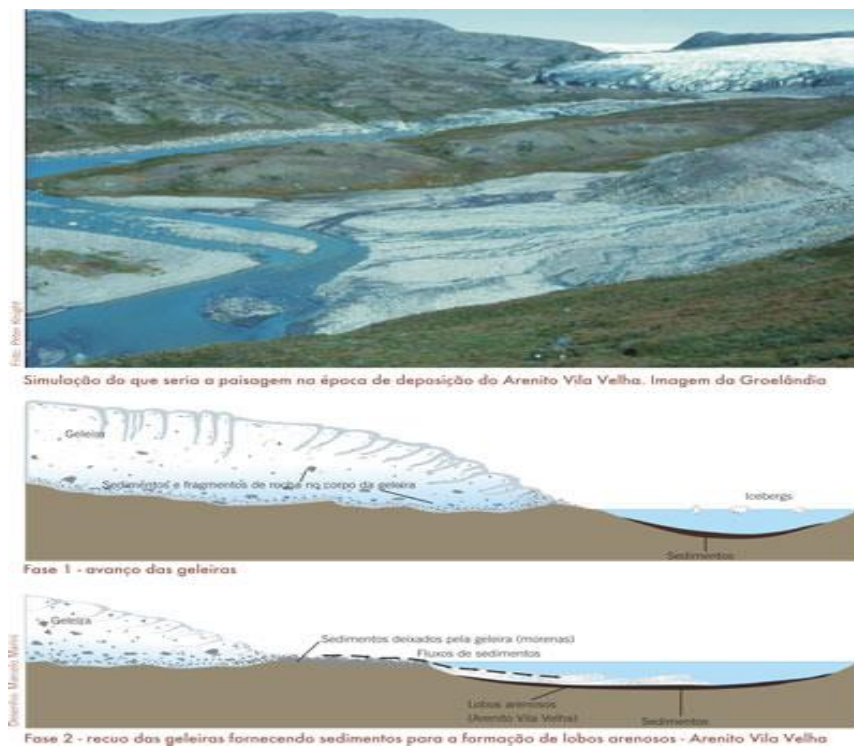


Figura3 - Simulação Do Processo De Formação Do Arenito Vila Velha.

Fonte: Mineropar

Os arenitos têm uma aparência ruiniforme (forma de ruínas) e apresenta uma coloração avermelhada devido à presença do óxido de ferro, as formas adquiridas por essas rochas que podem chegar a 20 metros de altura convidam o visitante a visualizar as mais diferentes imagens que, são moldadas de acordo com as experiências de cada um deles.



Figura 4 - Imagem do Camelo.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa

### 2.1.6 Furnas

Conhecidas como “caldeirões do inferno”, são poços de desabamento formados pela erosão inversa, provocada pelo lençol freático no arenito furnas.

São quatro furnas ao todo no parque, a maior delas é a furna 1 a qual possui um profundidade de aproximados 100 metros e esta ocupada até a metade por água das infiltrações subterrâneas.



Figura 5 - Foto aérea da Furna 1.  
Fonte: Rodonorte.

### 2.1.7 Lagoa Dourada

É também uma furna, porém recebe este nome por estar quase que totalmente preenchida por sedimentos. Possui um diâmetro de 320 metros e profundidade inferior a cinco metros. O sedimento encontrado no fundo da lagoa reflete a luz solar, especialmente ao crepúsculo, dando a impressão de a água ser dourada.



Figura 6 - Lagoa Dourada.  
Fonte Mineropar

### 2.1.8 Legado Cultural

Segundo Levi Strauss (1978), o pensamento miológico que, para ele, não deve ser considerado primitivo, portanto inferior à ciência, apenas se diferencia desse último pelo método. Na ciência reduz-se o fenômeno à menor porção possível tentando entender cada parte do todo, ao passo que, na mitologia está expressa a vontade deste povo dito primitivo de “compreender o mundo que os envolve, a sua natureza e a sociedade em que vivem”, mas que, para isso, faz uso dos meios mais econômicos e diminutos com a finalidade de uma compreensão total do universo, ou seja, trata-se de uma abordagem intelectual “que parte do princípio de que, se não se compreende tudo, não se pode explicar coisa alguma”.

Na verdade a versão indígena para a criação de Vila Velha é considerada uma Lenda, mas que não foge dos princípios descritos acima, nem deixa a desejar em relação aos famosos mitos e epopéias.

## **2.2 FATOS HISTÓRICOS ANTECEDENTES AO PARQUE**

Há mais de 20.000 anos a região já contava com a ocupação de indígenas, primeiro em bandos, posteriormente em tribos como a dos índios caingangues, prova disso são as inscrições rupestres nas proximidades do Parque Estadual de Vila Velha.

Após o descobrimento, várias expedições passaram por esta área, como os bandeirantes e paulistas no século XVI. Nesse período, no ano de 1541, o espanhol Don Alvar Nuñez Cabeza de Vaca passou pela região, partindo da ilha de Santa Catarina rumo a Assunção.

No século seguinte a região de Ponta Grossa passou a servir de referência para viajantes que seguiam para o sul do país, nessa época já havia povoamento nos Campos Gerais, mas só em meados de 1800 iniciou a posse de terras e influencia civilizadora no local.

Com a presença da família real no Brasil e a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre as características do interior brasileiro fez com que alguns cientistas viessem à região, como a Primeira Comissão de Geologia do Império em 1876, relatadas por Luthero Wagoner. (MELO et. al, 1999)

Segundo o plano de manejo do parque, a aérea em que se encontra Vila Velha atualmente fazia parte de uma sesmaria pertencente a Domingos Ferreira Pinto, conhecido como Barão de Guaraúna, intitulado dessa forma por ocasião de hospedagem da família real em sua casa, em 1880.

### 2.3 CRIAÇÃO DO PARQUE E ADMINISTRAÇÕES

O Parque estadual de vila velha é um local com paisagem de notável beleza cênica. Estas características identificadas no local, que abrange um aglomerado de formações areníticas moldadas por agentes geo-climáticos, conjunto de depressões geográficas conhecidas como furnas, além de variada fauna e flora, motivaram a criação, em 16 de outubro de 1942, de um parque que possibilitasse a preservação deste importante pólo de visitação turística e fonte de recursos científicos e ambientais.

O Decreto-Lei n.o 86 estabeleceu a desapropriação dos imóveis denominados Lagoa Dourada e **ITACUERETABA**, "A CIDADE EXTINTA DE PEDRA", antigo nome dado a Vila Velha.

Em 12 de outubro de 1953, a Lei Estadual n.o 1.292 define a criação do Parque Estadual de Vila Velha, com área de 3.122,11ha dos imóveis denominados Lagoa Dourada e Vila Velha.

No ano de 1966 o parque recebeu o título de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Paraná, sob processo n.o 05, Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, descrito como segue:

A área envolvida no Parque Estadual de Vila Velha, situa-se no Município de Ponta Grossa, segundo planalto paranaense, região de campo aberto, denominado de Campos Gerais. Está aproximadamente a uma distância de 20 Km a sudoeste do centro urbano municipal e 80 Km da capital do Estado, Curitiba.

Está representada pelas folhas topográficas denominadas Ponta Grossa, Itaiacoca, Palmeiras e Colônia Quero-Quero, levantadas pelo Serviço Geográfico do Exército e publicada em escala 1:50.000, nos anos de 1957 e 1980. Sob as coordenadas geográficas, 25°14'09" de latitude sul e 50°00'17" de longitude oeste, sua superfície aproximada é de 3.122 hectares e subdivide-se em: 425 há (Prefeitura Municipal de Ponta Grossa), 1.344 ha (Instituto de Terras e Cartografias e Florestas) e 1.353 ha (IAPAR- Fundação Instituto Agrônômico do Paraná). Suas Características são: PMPG - porções que englobam os Arenitos, as Furnas e a Lagoa Dourada, interesse turístico; IAPAR – engloba a Estação Experimental, onde são desenvolvidas atividades científicas voltadas à agricultura e silvicultura; ITCF – áreas de campo e capões envolvendo a Fortaleza (formação geológica). Disposta no seu eixo maior, sentido Leste – Oeste, cerca de 96 Km, tem como limite na sua porção ocidental a propriedade de Hans Moon. Na extremidade oriental tem como limite natural, um dos afluentes do Rio Guabiroba e as propriedades de João Braga. O seu eixo menor (Norte – Sul) mede aproximadamente 4,8 Km. A sua porção setentrional (Fortaleza)

limita com as propriedades (no sentido leste – oeste) de João Braga e Jorge Demiate. Sua porção meridional tem limite natural o Rio Guabiroba e as propriedades (sentido leste – oeste) de Adolfo de Oliveira e Placas do Paraná. (PARANÁ, Secretaria de Estado e..., 2004)

Em 1970 ocorreu o primeiro ato de fracionamento das obrigações administrativas da área. Nesse ano foram transferidos, por meio de Escritura Pública, 424,88 há para que fossem administrados pela PARANATUR. Porém em 10 de junho de 1975, com base no Decreto Estadual n.o 573, a totalidade do terreno do parque, ou seja, seus 3.122,11ha foram cedidos Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR), através do Contrato de Concessão de Uso. Não o bastante em 20 de setembro de 1972, a Lei n.o 6.316 institui a fundação ITC- Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná (PARANÁ, Secretaria de Estado e..., 2004) que tinha como objetivo:

[...] Promover a administração dos parques e reservas de domínio do Estado, através da elaboração de adequados planos de manejo e, através de convênio, participar da administração de parques e reservas de domínio dos Municípios ou da União, bem como incentivar e assistir as prefeituras municipais no tocante à implantação de bosques, hortos e arborização urbana. (PARANÁ, Secretaria de Estado e..., 2004)

Com estas divisões foram estabelecidas no parque três situações de autoridades distintas e com visões administrativas diversas. Analisemos com as informações que também retiradas do Plano de manejo do Parque Estadual de Vila Velha:

PARANATUR: Responsável por 424,88ha que compreendem os Arenitos, Furnas e Lagoa Dourada considerado um dos principais atrativos turísticos do Paraná.

A esta instituição coube fomentar o turismo no parque tendo implantado, para isso, infraestrutura que atendesse as demandas de visitação e não necessariamente as de proteção ao ambiente.

IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná: com autorização para explorar uma área de 1.397,24ha (embora a concessão seja referente à integralidade do imóvel, englobando inclusive a área da PARANATUR), sendo 200,00ha definidos como experimentação agrícola, 670,00ha para reflorestamentos e o restante da área mantendo-se com as características da

UC. Como observado, as características de atuação do IAPAR não primam pela manutenção da vegetação nativa, assim a parque esta sujeito ao desmatamento de grande parte de seu território e ao plantio de espécies destoantes do ambiente local (já que não são definidas as espécies a serem usadas no reflorestamento).

IAP- Instituto Ambiental do Paraná: administrando o remanescente do imóvel, uma área de 1.344,72 ha composta por campos limpos e formações de matas as quais mantém suas características primárias. Embora de grande importância para a manutenção do ambiente natural do parque, tinha sua ação restrita.

A divisão administrativa não seria um pratica ruim, se fosse orientada por uma regra a qual abrangesse as instituições responsáveis sob um único propósito que atendesse a preservação e correta visitação de um patrimônio e com interação e troca de informações entre os órgãos responsáveis por cada segmento administrativo. No entanto isso não ocorre no período e a situação do parque fica ainda mais complicada com a inserção de mais uma pessoa jurídica em 12 de maio de 1989, quando a FESTUR (nome provisório dado a PARANATUR) firmou convênio de cooperação técnico-administrativo e financeiro com o Município de Ponta Grossa, nele foram estabelecidas normas para a gestão dos imóveis sob responsabilidade da PARANATUR e sua exploração turística. Neste mesmo ano a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa contratou a elaboração do Plano Diretor Vila Velha, que entre outras orientações referentes da utilização do potencial turístico natural do município, considerava a administração do PEVV. Este documento foi elaborado com a participação de vários segmentos da comunidade técnico-científica local e estadual, nele foram abordados com bastante profundidade vários temas do sistema natural, atividades antrópicas e dos valores cênicos em questão. (PARANÀ, Secretaria de Estado e..., 2004)

O plano foi aprovado em 1990 e nele já era possível notar considerações relacionadas às varias instituições que inferiam direta ou indiretamente na Unidade de Conservação. No



tocante a titularidade tais considerações são apresentadas apresentas, como segue: “[...] Quanto a titularidade, notam-se ações e responsabilidades subdivididas entre PARANÁ TURISMO/PM DE PONTA GROSSA, IAP (atuação fiscalizatória) e IAPAR (experimentos agrícolas e florestais).”

Sob essa ótica, pontos importantes também são elencados:

- fracionamento da responsabilidade administrativa;
- exercício de poderes de forma difusa;
- inexistência de um ente administrativo básico que cuide como um todo da base territorial do Parque e da gestão de toda e qualquer ação;
- indefinição quanto à regulamentação da atividade econômica, considerando-se que parque é bem de uso comum do povo e o exercício de ações sobre tal deve decorrer da administração direta do poder público. (PARANÁ, Secretaria de Estado e..., 2004)

O Plano Diretor Vila Velha trás contribuições significativas no sentido de reconhecer “inexistirem os instrumentos mínimos para concretizar-se no Parque uma estrutura administrativa de gestão“. Considera que deve haver ordenamento de base territorial e respectivos usos, bem como ocupação e a titularidade de ações; regras que estimulem a gestão descentralizada e participativa, porem regidas sob um ente administrativo básico. (PARANÁ, Secretaria de Estado e..., 2004)

A falta de integração na gerencia do parque, como um todo, fez com que as várias tentativas de organização do parque fossem frustradas, além de permitir atividades que muitas vezes eram conflitantes com a política de manejo pondo em risco a preservação do ecossistema presentes na UC.

Em 13 de maio de 1994 o acordo entre PARANATUR e Prefeitura foi reavivado, com extensão de um período de Cinco anos.

Em dezembro de 1996 a administração voltou para a PARANATUR, agora com a razão social de PARANÁ TURISMO. (PARANÁ, Secretaria de Estado e..., 2004)

No ano de 2000 foi elaborado o Plano de Manejo do Parque Estadual de Vila Velha que contou com a participação de técnicos das mais diversas áreas, publicado em 2001 o plano visa resguardar o ecossistema, de forma coerente em todos os aspectos.

O Parque estadual de Vila Velha ficou fechado para visitação por aproximadamente dois anos para realização de pesquisas e readequação da estrutura de acordo com o plano de manejo. Em 2004 o parque reabriu com uma política mais sustentável e com a administração sob responsabilidade do IAP.

## **CAPITULO III**

### **ADMINISTRAÇÃO: IMPLICAÇÕES E PROPOSTAS**

### 3.1 TERRITÓRIO E ADMINISTRAÇÃO: IMPACTOS E RESULTADOS

A visita a um local específico pode gerar impactos ambientais positivos ou negativos, dependendo da forma como é conduzida a área. Também em função do tipo e da escala de desenvolvimento do turismo e das características ambientais desta área (LIKORISH, 2000).

Atento para estas alterações no ambiente Silveira (2002) citado por Fontoura (2008) considera que, o turismo está entre os fenômenos mais dinâmicos e complexos da sociedade, com forte participação na produção, transformação e organização do território. Assim, a atividade turística não infere apenas no terreno, mas é um:

[...] conjunto de resultados de caráter econômico, financeiro, político, social e cultural, produzidos numa localidade, decorrente da presença temporária de pessoas que se deslocam de seu local habitual de residência para outros, de forma espontânea e sem fins lucrativos. (OLIVEIRA, 2000, p32)

É visível que em Vila Velha a interferência no território sofreu a ação de diversas administrações cada qual com prioridades distintas.

O turismo tem como característica, também, a produção de uma nova atmosfera de relações na qual os equipamentos e serviços exercem influencia na percepção do turista em relação ao local visitado. Segundo esta ótica, Beni (2000, p.2009) chama atenção para algumas peculiaridades do SISTUR (sistema de turismo), no qual as pessoas se deslocam temporariamente de seu local de residência habitual em busca de recreação ou a fim de atender outras necessidades ou razões e para isso necessitam de alguns serviços básicos, como: transportes com diversas características adequadas a necessidades específicas; alojamentos que por sua vez criam a demanda por equipamentos receptivos que variam sua categoria de acordo com o poder aquisitivo do consumidor; Organização dos serviços de acesso para facilitar a utilização do local em questão e atender os objetivos específicos do deslocamento; Oferta bens de consumo e serviços.

Assim, para o autor, a demanda em turismo, de uma forma geral é “uma compósita de bens e serviços, e não demanda de simples elementos ou de serviços específicos isoladamente considerados; em suma, são demandados bens e serviços que se complementam entre si”. Embora estes investimentos sejam importantes para o turismo, eles não devem ser construídos indiscriminadamente como ocorreu no local de objeto do presente estudo em gestões passadas. (BENI, 2000, p.2009)

Com o plano de manejo em 2002 o Parque Estadual de Vila Velha parecia avançar para uma gestão promissora não só nos quesitos ambientais como também quanto à possibilidade de atividades a serem realizadas pelo turista no local.

No entanto apesar de projetos de revitalização e minimização dos impactos negativos deixados por gestões passadas, que privilegiaram o meio ambiente e foram postos em prática com sucesso, outras propostas presentes no plano de manejo não foram realizadas, atividades estas voltadas à área turística. Cabe a este trabalho investigar os motivos que impediram a conclusão destes projetos.

### **3.2 ANÁLISE DAS PROPOSTAS E SUAS APLICAÇÕES**

Como visto o parque possui uma nova característica administrativa, totalmente voltada à conservação ambiental, no entanto este é um dos mais importantes pontos de referencia em atrativos no Paraná, ainda assim que menos se vê são ações voltadas ao turismo. E não porque elas não tenham sido planejadas ou previstas, mas porque não foram levadas a vias de efetivação. O que teria desestimulado a realização dos projetos voltados ao ecoturismo no parque? Sendo que a trilha para os turistas foi implantada, estimulando assim a visita, mas não um contado maior do turista com a natureza, que poderia ser feito por meio da interpretação do ambiente e métodos de educação ambiental. Possivelmente urgência da

questão ambiental, mas não seria igualmente urgente a condução do fluxo de pessoas? Visto que o parque foi reaberto já com possibilidade de visitas, assim também deveria ser com as atividades que gerariam renda para a manutenção adequada dos sistemas de contenção de impactos não desejados. Portanto permeiam dúvidas sobre a verdadeira vocação do Parque Estadual de Vila Velha.

Será que o parque não é visto, na prática, como uma unidade turística de fato? Será que atividades bem sucedidas em outras UCs, como o Parque Nacional do Iguaçu, ou, pra citar parques estaduais, o Parque Estadual do Ibitipoca (MG) onde além do Hiken<sup>4</sup> são feitas cavalgadas; O PETAR no vale da ribeira com o espeleoturismo<sup>5</sup> e outras atividades como boiacross<sup>6</sup>, caminhadas e acampamentos, que, apesar de nem todas poderem ser realizadas na unidade que este trabalho analisa, servem como prova de que é possível desenvolver atividades alternativas em UCs.

O Plano de Manejo permite a realização de atividades de educação ambiental ou com esportes que permitam a integração com a natureza, nas zonas de uso intensivo do parque. Esta é uma área onde já ocorreram interferências antrópicas<sup>7</sup> e, portanto, são destinadas a um uso mais intenso que as outras áreas do parque, as quais ainda guardam uma porção maior de área preservada, é claro que as atividades mesmo nos locais de uso intensivo devem ser planejadas levando em conta o mínimo impacto ao meio.

Mais que permitir, o plano de manejo prevê atividades de tal natureza, o que o configuraria no segmento de ecoturismo. Mesmo assim atividades previstas como,

---

<sup>4</sup> Caminhada de Curta duração - um dia

<sup>5</sup> Observação e apreciação de ambientes subterrâneos

<sup>6</sup> Descida em corredeiras utilizando bóias infláveis. Também conhecida como aqua-ride

<sup>7</sup> Causada pelo Homem

Arvorismo<sup>8</sup>, a implantação de um Campo de desafios<sup>9</sup> ou ciclo turismo<sup>10</sup> não foram efetivadas. Nem mesmo as que necessitam de poucos recursos e infra-estrutura como caminhadas noturnas (que poderiam ocorrer nas trilhas já existentes), safári fotográfico<sup>11</sup> e até as práticas voltadas a educação ambiental não são realizadas regularmente.

A forma como a Unidade de Conservação é utilizada atualmente para o turismo, não permite aproximação com a natureza dificultando ao visitante a consciência de sua relação com o ambiente, prova disso são os atos de vandalismo ou degradação, inconsciente ou não, que ainda ocorrem no PEVV, tais como pisoteio dos arenitos; quebra de plantas e arvores; pichações nas rochas e retirada das placas que servem, inclusive, para educação ambiental.

O turista deve se sentir pertencente ao local para preservá-lo. Assim acontece com as comunidades receptoras quando há um trabalho de desenvolvimento do “orgulho étnico”. Com este trabalho as pessoas passam a “sentir orgulho da originalidade dos recursos naturais da sua localidade e de suas características culturais” (RUSCHMANN, 2002, p 94)

É preciso entender que o parque atualmente não realiza atividade de ecoturismo, a simples contemplação dos atrativos permite classificá-lo no máximo como espaço para turismo em área natural ou Turismo de Natureza. Como visto anteriormente para existir ecoturismo é preciso oferecer para os turistas, formas de estabelecer um maior contato com a cultura local e maior interação com a natureza.

---

<sup>8</sup> Percurso de locomoção em altura instalado em árvores e outras estruturas construídas

<sup>9</sup> Local com várias atividades relacionadas ao Arvorismo. (MINAS GERAIS. Secretaria de estado...)

<sup>10</sup> Percurso em vias convencionais e não convencionais em bicicleta

<sup>11</sup> Viagem realizada com o objetivo principal de tirar fotografias. (MINAS GERAIS. Secretaria de estado...)

Outro ponto que pode configurar o turismo, assim como suas segmentações e/ou o espaço em que é realizado é a percepção do turista que, permite diferenciá-los em categorias como demonstrou Plog (apud MONTEJANO, 1996), são elas:

**Psicocêntrico:** Preferem destinações com características de ascendência ou descendência familiar; Locais ensolarados de recreação (com razoável entretenimento); Baixo nível de atividade, onde podem realizar atividades em ambientes comuns; Preferem ir dirigindo seu próprio automóvel; Preferem hotéis familiares, com atmosfera familiar e se possível com ausência de estrangeiros.

**Mesocêntricos:** Viajam individualmente; São aqueles que se inclinam, em suas compras, por regiões que possuem todos os serviços de um pólo receptor de turismo já implantado no mercado, com instalações hoteleiras e extra-hoteleiras destinadas ao turismo de massa, e lugares próprios para férias.

**Alocêntricos:** Turistas exploradores, aventureiros; Preferem áreas não muito visitadas, descobrimento e fruição de novas experiências, antes que outros visitem a área; Novas e diferentes destinações e viagem, com alto nível de atividade; Utilização de transporte aéreo nas destinações de viagem; Hotéis e restaurantes que incluam bom alojamento e boas comidas, que podem ser típica ou tradicional; Diversão no contato com pessoas de outras culturas e outros países; Compras de pacotes que incluam hotel e transporte, permitindo-lhes grande liberdade e flexibilidade.

Como foi possível notar estes últimos preferem atividades que promovam experiências novas e interação cultural, esse tipo de turista provavelmente optaria por uma atividade alheia ao turismo de massa e que suprisse as expectativas acima citadas. Assim, o segmento do turismo escolhido poderia ser o Ecoturismo, atividade que permite conciliar a prática de esportes ao contato com o meio natural de forma sustentável. No Brasil, normalmente ele é praticado em áreas de conservação ambiental, sejam parques estaduais, nacionais



propriedades privadas entre outras reguladas pela SENUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação). Esse programa é amparado pela lei federal N° 9.995/00 de 18, julho de 2000, o intuito dele é garantir a proteção de áreas naturais com a imposição de critérios e normas de manejo ao meio ambiente. E, portanto, o ecoturismo pode ser um bom apelo turístico para manutenção de vila velha como um parque sustentável.

Ao ler o Plano de manejo do Parque Estadual de Vila Velha é possível notar que a própria comissão responsável por este documento considera a visitação na referida Unidade de Conservação baixa, quando propõe no subprograma de divulgação, o projeto divulgação do PEVV, nele é descrito o parque como o segundo ponto turístico do estado, superado, apenas, pelo Parque Nacional do Iguaçu. Contudo, pesquisas realizadas na oportunidade apontavam como “[...] principal emissor de visitantes o Estado do Paraná, demonstrando que não está sendo realizada uma divulgação do parque em outros estados e países”, como ponderado no projeto presente no plano de manejo do parque.

Até o momento o número de visitas não tem aumentado, ou seja, não houve muita alteração no quadro apresentado em meados de 2002 (data de realização do Plano de manejo). Como um dos possíveis motivos para isso ter ocorrido, ou melhor, não ter acontecido o aumento na visitação é o receio de que a divulgação maciça do local em outros estados e no exterior possa trazer, ao mesmo tempo, turistas das proximidades, como Curitiba e provocar muita pressão sobre o ambiente.

Uma preocupação que se justifica, afinal, os turistas são atraídos para as áreas naturais em função de uma amalgama de novas condições como a organização do setor formal de ecoturismo, maiores facilidades de acesso, aumento na disponibilidade e qualidade dos equipamentos e a divulgação em massa destas áreas. E este aumento de demanda pode trazer impactos negativos devido falta de informação do público em relação ao comportamento nesses ambientes, e práticas de manejo ultrapassadas. (BRROS, 2000)

No entanto os impactos negativos podem ser minimizados através da educação do visitante e pelo planejamento da visitação, com medidas, tal qual a ampla divulgação em campanhas permanentes e informativas sobre ética e práticas de mínimo impacto e a adoção de instrumento e ações de manejo que ajudem a reduzir os impactos. (BRROS, 2000) Portanto, não seria a implantação de uma atividade para o ecoturismo, ou qual quer que seja que traria um resultado negativo para a Unidade de Conservação e sim uma estratégia ineficiente de controle e divulgação destes atrativos.

A melhor maneira para fazer o turista preservar um espaço é aproximá-lo dele. O turista algumas vezes causa impactos negativos no patrimônio por puro desconhecimento de que uma ação como retirar uma planta de seu habitat, alimentar animais, colher materiais rochosos ou avançar os limites delimitados pelas trilhas possa realmente causar impactos ao ambiente e que com as somas de varias atitudes irresponsáveis por parte do visitante pode gerar impactos irreversíveis no local.

O olhar sobre uma paisagem é construído de acordo com peculiaridades de cada individuo assim existem, portanto, o olhar das populações urbanas e o da elite em busca do belo e do estético; a visão do cientista que a analisa sob um aspecto técnico, preocupado com os habitats e relações estabelecidas nele, e o olhar da comunidade local. (DIEGUES, 2000, p27)

O autor referido anteriormente continua, discorrendo que existe um embate político porque as elites tendem a privilegiar o estético o paradisíaco e o selvagem, motivados pelos discursos ambientalistas, ao passo que os autóctones privilegiam o lugar onde trabalham, vivem, estabelecem relações sociais, em outras palavras seu território. O espaço do Parque de Vila Velha já está delimitado como Unidade de Conservação, não vive nenhuma comunidade lá dentro, no entanto os turistas devem perceber que existem moradores no entorno do parque e que eles devem ser beneficiados pelas atividades realizadas neste, e, mais do que isso,

devem ser respeitados como proprietários adjacentes desse patrimônio e merecem ser incluídos em todo o processo de planejamento e utilização do atrativo. É importante salientar que o parque estudado não negligenciou a participação da comunidade no processo de fundação do mesmo, pois fez pesquisas a respeito do que os moradores pensavam sobre a criação do parque a relação que estes moradores estabeleciam com a região e possibilidades de inserir a comunidade como Mão de obra para o parque. Contudo não existe um trabalho de sensibilização do turista quanto à presença e importância destes moradores para a localidade e nem dos moradores das proximidades do parque para o turismo. Então como esperar que todos tenham os mesmos cuidados e expectativas em relação ao patrimônio? A educação ambiental pode se configurar como uma forma de conscientizar cada um sobre a importância, dos diversos fatores sócio-culturais e econômicos, além do ambiente como um todo em seus aspectos climáticos, bióticos (vivos) e inclusive abióticos (não vivos), que embora não tenham tanto apelo ecológico quanto os animaizinhos do parque tem igual importância no equilíbrio ambiental.

A educação ambiental é uma vertente da educação voltada a passar o conhecimento sobre o ambiente e no turismo faz parte de um processo que visa a sensibilização do público para o meio ambiente tanto natural, quanto em suas relações culturais e sociais. Ela deve ocorrer de uma maneira informal que convide o indivíduo a uma participação consciente na proteção ambiental não apenas durante as férias, mas também como uma lição de vida para o cotidiano e local de residência permanente. (RUSCHMANN, 1997).

Apesar da proximidade com o Município de Ponta Grossa, quem vai ao Parque Estadual de Vila Velha pode notar que o registro de visitantes das cidades próximas e, até mesmo, de Ponta grossa é baixo.

Como indica a tabela disponibilizada pela Secretaria de Estado do Turismo (SETU) e apresentada a seguir:

**VISITANTES DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA, SEGUNDO RESIDÊNCIA  
PERMANENTE,  
PONTA GROSSA/PARANÁ - 2006-2008**

RESIDÊNCIA PERMANENTE	MOVIMENTO DE VISITANTES*		
	2006	2007	2008
Curitiba	10 966	12 247	13 476
Ponta Grossa	8 720	11 194	9 817
Outras-PR	14 078	15 171	15 175
<i>Paraná</i>	<i>33 764</i>	<i>38 612</i>	<i>38 468</i>
Mato Grosso do Sul	772	686	597
Minas Gerais	880	767	621
Rio de Janeiro	1 702	1 741	1 611
Rio Grande do Sul	2 778	2 739	2 426
Santa Catarina	4 694	5 751	5 127
São Paulo	7 795	8 716	8 288
Outros Estados	1 812	1 950	1 797
<i>Brasil</i>	<i>20 433</i>	<i>22 350</i>	<i>20 467</i>
Africa	20	8	13
América	859	454	519
Ásia	192	131	158
Europa	3 230	1 296	1 235
Oceania	64	71	56
<i>Continentes</i>	<i>4 365</i>	<i>1 960</i>	<i>1 981</i>
<b>TOTAL</b>	<b>58 562</b>	<b>62 922</b>	<b>60 916</b>

\*Dados referentes aos bilhetes vendidos

Fonte: IAP- Instituto Ambiental do Paraná.

Disponível em [www.setu.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/estatisticas/ATRATIVOS\\_2008.pdf](http://www.setu.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/estatisticas/ATRATIVOS_2008.pdf)

Como foi possível notar o número de visitas dos pontagrossenses, nos anos indicados na tabela, tem sido sempre menor que as vindas de Curitiba, tal fenômeno poderia ser explicado pela diferença populacional entre as duas cidades, no entanto ao visitar o Parque Estadual de Vila Velha ou tomando como base pesquisa que será relatada posteriormente é possível notar a baixa procura pela visita ao parque por parte dos moradores de Ponta Grossa.

Em se tratando o turismo e o lazer de fenômeno e prática com elemento social e que envolvem pessoas, é possível que existam algumas razões sociológicas para esse fenômeno, quiçá podemos encontrar uma base de explicação na reflexão feita por Krippendorff (2000, p 115), quem julga que o ritmo de vida a qual os moradores urbanos se submetem os torna

“nômades modernos” e no movimento do subúrbio as cidades usam aquele apenas como dormitório, dessa forma o morador não possui nenhum laço profundo com o lugar onde vive, nem com a cidade. Assim as pessoas “saem das cidades e dos subúrbios para descobrir, longe dali, o que lhes falta”. E, segundo o escritor, “quanto mais lamentável é a qualidade de sua residência, mais procuram fugir”, poderia ser dito quanto a isso que quanto menos o morador se vê correspondido em suas necessidades ou se reconhece na cidade, inversamente proporcional é sua vontade de partir. Fazendo um paralelo com o baixo nível de interesse do pontagrossense por Vila Velha se pode inferir que este morador não se reconhece no patrimônio, talvez porque, retomando o texto sociólogo, “As cidades não se preocupam muito com o lazer nem com as necessidades de relaxamento de seus habitantes. A maioria são cidades de trabalho incompatíveis com uma vida plena.”.

Neste ponto é analisado o Parque de Vila Velha como um local para o lazer da população adjacente e que também atrai turistas. No entanto os moradores de Ponta Grossa não podem ser considerados turistas, pois não se enquadram na classificação usual de turista, a qual usualmente considera turista a pessoa que permaneça mais de 24 no local e não exerça atividade remunerada. (BENI, 2000, p.34)

Isto corresponde à realidade de Ponta Grossa no tocante que muitos moradores reclamam da falta de um transporte regular e específico que possa levá-los em horários mais acessíveis ao parque.

Os dados a seguir foram coletados de uma pesquisa realizada pelos acadêmicos do 2º ano do curso de turismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa nos dias 19 e 24 de maio de 2007, com uma amostragem de 150 pessoas e nos lugares com maior circulação de pessoas em Ponta Grossa, a saber: Feira do Parque Ambiental, Feira do Jardim Carvalho, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG, Centro), Rua XV de Novembro, Calçada (Ponto Azul), Calçada (Terminal Central). Estes dados foram trabalhados e apresentados no

II Fórum Internacional de Turismo do Iguassu & III EPHTUR (Encontro Paranaense de Pesquisa em Hotelaria e Turismo) no ano de 2008 em Foz do Iguaçu- PR.

**Transporte regular para visita:**

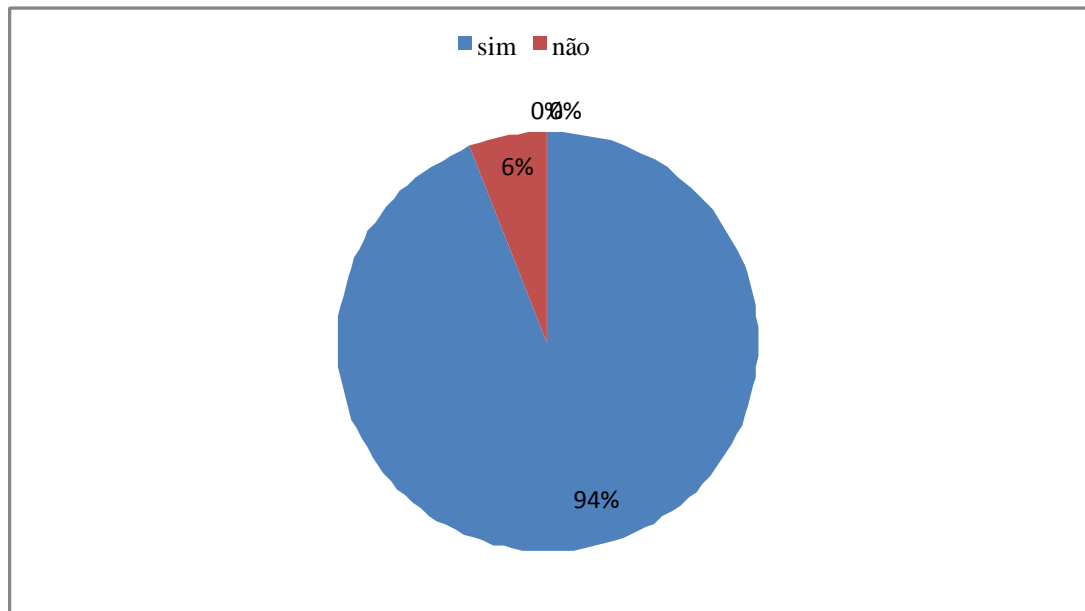


Gráfico 2- Questão sobre oferecimento de transporte regular até o parque de Vila Velha

Neste momento da pesquisa foi perguntado aos entrevistados sobre a possibilidade de um roteiro para a população que incluísse o ônibus, local de saída determinado, preço tabelado, com duração de 6 a 8 horas e guiado por um profissional. Como visto acima a maioria concordou com a proposta. Além disso, 61% dos entrevistados concordaram com um valor entre R\$2,00 e R\$10,00 para este transporte específico.

A referida pesquisa também apurou que 85% da amostra já conheciam o PEVV e que, do universo total de pessoas pesquisadas, 91% tinha o interesse em conhecer ou retornar ao parque. Contudo 82% dos entrevistados admitiram não ter visitado o parque após a revitalização.

Mais um dado importante para o argumento defendido no presente trabalho, é o fato de que maioria dos entrevistados apontou o carro como veículo mais adequado para se deslocar até o PEVV, o que pode ser explicado pelo conforto e comodidade proporcionado

por este meio de transporte. Mas também pode indicar a baixa frequência de transporte público até o local e dificuldade de acesso até o parque, visto que o único ônibus que vai até lá, faz parada na rodovia e com itinerário de apenas duas viagens de ida e retorno por dia.

Há também outro fator que diz que o turista tem um desejo de encontrar o desconhecido, fugir do familiar, ou ainda, busca viajar para um lugar que forneça melhores condições para um objetivo específico, sol e praia, por exemplo, (Gray, 1970 apud Ross, 2001, p. 33 e 34).

Seja por um motivo ou pelo outro, esta importante alternativa para o lazer que população poderia encontrar na Itacueretaba dos campos gerais não está tão acessível aos moradores das redondezas como se poderia imaginar, cabe a administração do parque aproximá-lo da população, talvez por meio de parcerias.

### **3.3 PROPOSTAS PARA O PARQUE DE VILA VELHA**

O Parque Estadual é composto por uma estrutura que além das fragilidades já conhecidas dos fatores bióticos, existe também a fragilidade dos recursos abióticos, como é caso do solo e dos sensíveis arenitos, portanto algumas atividades são impossíveis de serem praticadas sem causar impactos negativos ou apresentar riscos à segurança do praticante. Ainda assim, serão apresentadas algumas propostas para serem analisadas segundo as possibilidades técnicas e cronograma de aumento da visitação do parque.

### **3.3.1 Padronização do atendimento:**

Não significa que o procedimento deva ser exatamente igual para cada condutor, mas que existam algumas informações básicas as quais não deixem de ser repassados ao visitante e que serão apresentadas a seguir:

Para uma educação ambiental algumas informações devem estar presentes no discurso do condutor e elas devem conduzir a um conhecimento do ambiente, assim como sua conservação.

Logo na saída do Ônibus que leva à visita de furnas o veículo passa pela área de lazer, onde é possível fazer piquenique e relaxar, além de repassar estas possibilidades, o condutor pode chamar atenção para o cuidado que o visitante deve ter em não atrair animais (não deixar restos de alimento no local ou lixo inorgânico, depositar o lixo sempre em local apropriado ou recolher em sacolas para serem descartados posteriormente) e o risco para saúde dos animais do parque quando consomem algo que não faça parte de sua dieta natural, destinação dos resíduos orgânicos, e riscos do fogo para o parque (já que é preciso alertar a respeito da proibição do uso das churrasqueiras e do fogo). Em seguida se passa pela ponte sobre o rio quebra perna, uma oportunidade para apresentar algo sobre a cultura local e origem do nome dado a este rio, em seguida é possível falar sobre os possíveis impactos das pesquisas realizadas pela antiga gestão da IAPAR, em decorrência disso o local pode servir de base para explicações a respeito dos estágios da vegetação (DEPRN / DUSM - Equipe Técnica de Mogi das Cruzes, [s.d.]). Adiante é possível ver as plantações de eucalipto que são competidoras, em relação à floresta nativa. Tal alteração deve ser repassada bem como suas implicações ambientais. Ao se aproximar da furna 1, se passa pela Vila Jamil ou JD. Vila Velha, ali é possível explicar ao visitante sobre a existência desta vila e da relação que o parque estabelece com os moradores do local, e, de acordo com pesquisas e a pertinência, a informar a respeito



do trabalho realizado pela equipe de manejo do parque com estes moradores. Após a visita à fumaça, seguindo para lagoa dourada, é preciso passar por um túnel sob a rodovia, nesse momento é possível abordar a respeito dos acidentes com animais, riscos causados por lixo descartado pela rodovia com cigarros (incêndio e poluição), embalagens entre outros. Já nos arenitos o Monitor pode tratar do manejo com as plantas invasoras<sup>12</sup>, alimentação aos animais, lixo, cuidados dos aceiros, degradação das rochas e preservação em geral.

No caso de visitas agendadas por universidades grupos de estudo e afins os passeios seriam previamente agendados com os estagiários da área relacionada ao interesse do visitante, como biologia, geografia, turismo, etc. Estes estagiários guiariam o grupo dando todo o suporte necessário ao mesmo. Esta atividade torna-se destaque devido à grande diversidade de fauna, flora e material geológico acessível aos pesquisadores.

### **3.3.2 Trilha da pedra suspensa**

Durante o período de estágio no parque foi possível observar que além da interdição à descida do elevador de fumaça, outro fator que gera frustração nas pessoas que visitam o parque é a proibição de se visitar a pedra suspensa, um local muito visitado anteriormente e que, por conta disso e por motivos de preservação de alguns animais que vivem ali ou usam como corredor de passagem, não pode mais ser visto. Ali ao olhar para o céu era possível observar a figura de uma gaivota entre os espaços das rochas, e ainda a forma surpreendente como uma rocha ficou suspensa entre esse vão.

Está na verdade é uma sugestão para a melhoria na visita à pedra suspensa, pois se trata de adequar um tipo de trilha que já tinha sido proposto para todos os locais com fluxo

---

<sup>12</sup> “Podem ser herbáceas de pequeno porte a árvores com muitos metros de altura” que estão fora do seu ambiente natural. Tem vantagens no solo em que ocupam por serem muito adaptadas ao ambiente e acabam competindo com a vegetação do local invadido. TAPIASSU (2008, p 65)

de pessoas. (Proposta para revitalização fase 1, julho de 2001). São as trilhas ecológicas, feitas em madeira e elevadas. Elas seriam perfeitas para a área onde está localizada a pedra suspensa, afinal evita o pisoteio do solo, o que provocaria a erosão do mesmo; Evita o contato com as rochas preservando a composição dela e a micro vida que eventualmente possa se desenvolver no ambiente úmido que a localidade apresenta. Quanto à preservação dos animais, as visitas devem ser limitadas a uma quantidade específica de pessoas e em horários mais que não causassem tanto impacto sobre a fauna local.

Além do apresentado anteriormente, seguem mais algumas tentativas de contribuição para o parque, que foram originadas de um trabalho realizado pelo autor do presente Trabalho de conclusão de curso em parceria com a acadêmica Florence Paiva, durante a graduação em turismo, para a disciplina de transportes e roteiros.

### **3.3.3 Exposições relacionadas a datas comemorativas.**

Utilização do espaço de exposições localizado próximo ao centro de visitantes para realizar exposições educativas.

Realizadas pelo parque, as exposições teriam um tema relacionado a datas especiais do calendário, como dia da árvore, por exemplo. A proposta tem como objetivo informar, educar e entreter os visitantes e visa, principalmente, compensar a baixa temporada e os dias de menor movimento durante a semana.

As exposições temáticas serão voltadas para a história cultural do parque e região ou para o tema relacionado à data comemorativa que motive tal exposição.

Assim como ocorre atualmente não será cobrado a mais para visitar a exposição.

### 3.3.4 Rapel na Furna

Estudar e realizar os procedimentos para adequação a pratica de rapel: proteção ou retirada dos cabos de aço, reforço da estrutura e cálculo da capacidade de carga.

Projetos anteriores à revitalização da UC em questão previam a concessão de alguns serviços e obras a empresas privadas (edital nº 004/2002) Talvez fosse o caso de aplicar estas intenções neste projeto, ainda que a administração e controle dos visitantes devam ser realizados pelo parque, visto que interesses privados podem ir de encontro às premissas da conservação. Contudo este mesmo documento prevê que o “concessionário deverá controlar o fluxo de visitantes e manter monitores para a conservação e fiscalização desta área.”

Em caso de parceria com empresa privada na gestão do empreendimento, esta deve, além de cumprir com todas as obrigações de forma responsável a manter os recursos para gerações futuras, também destinar parte da arrecadação a manutenção do parque.

Em caso da administração total do equipamento pelo parque, valor cobrado pelo rapel serviria para custeio da manutenção do equipamento, visto que monitores estariam previstos no orçamento do parque. Certamente será gerado lucro o qual será reinvestido no parque.

Devido à preocupação do parque em relação ao aumento brusco de visitantes, estas atividades também seriam realizadas nos dias de menor movimento e com agendamento prévio, o que diminuiria pressões antrópicas sobre o local além de compensar a baixa demanda.

Em media o custo para se praticar rapel varia entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00 dependendo da quantidade de pessoas (<http://www.atibaiaturismo.com.br>). Mas para o caso de furnas, existe um valor agregado pela beleza do local e características próprias do ambiente, assim o preço sugerido poderia ser de R\$ 120,00 por pessoa. A atividade de rapel seria

realizada apenas nos dias de baixa frequência de turista, assim este seria um preço o qual o turista já estaria ciente em pagar, afinal será necessário um pré-agendamento para se praticar a atividade. O público para tal prática está entre os praticantes do Ecoturismo os quais apresentam uma predisposição em pagar valores maiores devido à consciência quanto às necessidades em preservar o meio ambiente e os custos envolvidos nisso.

### **3.3.5 PEVV, um parque mais acessível**

E, Finalmente, para facilitar o contato do parque com seus moradores vizinhos, se propõe a seguinte ação:

Realizar eventos sob um tema relacionado datas especiais do calendário, dia do turista, do idoso, do meio ambiente, etc.

Nestes dias seria facilitado o transporte até o parque, com ônibus saindo do terminal central de Ponta Grossa em horários regulares, além de serem realizadas palestras, exposições relacionadas, e atividades temáticas no parque.

Para viabilização do evento poderia ser feita parceria com a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, Viação Campos Gerais (VCG) - responsável pelo transporte público na cidade, e com as universidades da região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo investigativo englobado pela pesquisa em turismo permite permear por diversas áreas do conhecimento, o que permite uma visão holística sobre um acontecimento.

No caso de Vila velha a análise documental permitiu entender a dificuldade de lidar com interesses conflitantes na administração de um bem público, pois os objetivos comerciais nem sempre atendem as necessidades ambientais. Ainda assim com base na literatura consultada é notado que se pode aliar a prática turística rentável e auto sustentada economicamente aos princípios da conservação, e basta para isso um esforço dos administradores que devem buscar parcerias no sentido de facilitar o acesso da população ao bem de uma forma educativa ao mesmo tempo em que a permita adquirir um sentimento de pertencimento ao contexto daquele patrimônio. Como observa Freeman Tilden citado por Murta e Albano (2002 p14) é através da compreensão se dá apreciação “e através da apreciação a proteção”.

A idéia inicial dessa proposta de trabalho era inserir uma administração mais voltada à parceria pública privada no local estudado. No entanto, com o auxílio da literatura e documentos pesquisados, se percebeu a dificuldade de conciliar os interesses exploratórios do capital as necessidades de manutenção ecológica. Ainda que as concessões sejam uma forma de disseminar custos, um parque não deve ser entregue em sua totalidade ou em quase todos os recursos ao controle privado. Mesmo que exemplos citados neste mesmo trabalho tenham mostrado vantagens em tal parceria, que é o caso do Parque Nacional do Iguaçu, as condições de fiscalização encontradas naquele não correspondem, ainda, às possibilidades observadas no local objeto do presente estudo.

Não foi possível após a conclusão do trabalho, afirmar que o Parque Estadual de Vila Velha está adequado a prática de um turismo sustentável. Mas também sabemos que seria injusto privar a população de um bem que é de direito do uso público, Assim é a referida pesquisa só tem confirmado a percepção de que em muitos casos é preferível utilizar para preservar, mas que também é necessário conhecer para proteger.

## REFERENCIAS

ACOT, P. **História da Ecologia**, 2º ed.; Rio de Janeiro: Campus, 1990.

AFONSO, C. M. **Sustentabilidade**, caminho ou utopia? São Paulo: Annablume, 2006.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**; 3ºed.rev. e ampl. São Paulo: SENAC, 2000

BENSUSAN, N. **Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas**; Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BARROS, M. I. A. de; DINES, M. **Mínimo impacto em áreas naturais**: uma mudança de atitude. \_\_In: SERRANO, C. A Educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Chronos, 2000

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 5º ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Vade Mecum).

CRUZ, R. C. A. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: YÁZIGI, E. (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 107-119

D'Isep, C. F. M. **Direito Ambiental Econômico e a ISO 14000**: Análise jurídica do modelo de gestão ambiental e certificação ISSO 14001; 2ed. São Paulo-SP: Revista dos Tribunais, 2009

FONTOURA, L. M. **Análise comparativa da territorialidade do turismo nos parques estaduais de Ibitipoca - MG e Vila Velha – PR**, 2008. Dissertação (Mestrado em geografia)- Programa de Pós-graduação em Geografia, Curitiba. : Universidade Federal do Paraná. Paraná, 2008.

FLORIT, L. **A Reinvenção Social do Natural** – Natureza e Agricultura no Mundo Contemporâneo, Blumenau: Edifurb, 2004.

FORNARI NETO, E. **Dicionário prático de ecologia**. São Paulo-SP: Aquariana, 2001.

GODOY A. S. **Pesquisa qualitativa**, tipos fundamentais: Revista administração de empresas, São Paulo V35 n3 p 20-29, maio/jun 1995.

GODOY, P. H. F. de. **Um novo olhar sobre a revitalização do parque estadual de vila velha**, 2005, 51f. Monografia (Bacharelado em Turismo) Curso de Turismo, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. Paraná, 2005

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.

LINDBERG, K; HAWKINS, D. (org.) **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. 4 ed. São Paulo, SP: SENAC, 2002.

LIKORISH, L. J; JENKIS, C. L. **Introdução ao turismo**, trad. Fabíola de Carvalho S. Vasconcellos. Rio de Janeiro: CAMPUS, 2000.

MACHADO, A. **Ecoturismo um produto viável**: A Experiência do Rio Grande do Sul; São Paulo: SENAC, 2005.

MELO, M. S. et. al. A geologia no plano de manejo do Parque Estadual de Vila Velha - PR. Ponta Grossa, UEPG, 1999

TAKAHASHI, L. Conceitos gerais de conservação da natureza. In: **Curso de planejamento e implantação de trilhas** – reserva natural salto morato, Guaraqueçaba, Paraná, Brasil; 21 a 27 de agosto de 2005.

MONTEJANO; J. M., **Psicologia del turismo**; Madrid: SINTESIS, 1996

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas**: Seleção e manejo; São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001



MURTA, S. M.; GOODEY. B. Interpretação do patrimônio para visitantes. Um quadro conceitual. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C.(Org.) **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG/Terra Brasilis, 2002.

OLIVEIRA, A. P. **Turismo e desenvolvimento**: planejamento e organização. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

**OS PRÉ-SOCRÁTICOS**. Fragmentos, Doxografia e Comentários; trad. José C. de Souza. – 2° Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)

PARANÁ, Parque Estadual de Vila Velha: **Propostas para revitalização** – Fase I, Julho de 2001

PIRES, P. S. **Dimensões do Ecoturismo**; São Paulo: SENAC, 2002

**Prometeu acorrentado / Esquilo. Édipo rei / Sófocles. Medéia / Eurípides**; trad. Alberto Guzik. [et al] – São Paulo: Abril Cultura, 1980.

ROSS, G. F. **Psicologia do Turismo**. São Paulo: Contexto, 2001.

RODRIGUES, A. B.(org.) **Ecoturismo no Brasil**: Possibilidades e limites, São Paulo: Contexto, 2003.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço**: Rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

RUSCHMANN, D. **Turismo e Planejamento Sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papyrus, 1997

RUSCHMANN, D. **Turismo no Brasil**: Análise e Tendências. Barueri, SP: Manole, 2002

SOUZA, R. M. **Redes de Monitoramento Sócio Ambiental e Tramas da Sustentabilidade**; São Paulo: Anablume, 2007.

SOUZA, A. M.; CORREA, M. V. M. **Turismo** - Conceito Definições e Siglas 2° ed.rev.- Manaus: Valer, 2000

SILVA, J. B. da (org.); LIMA, L. C. (Org.); ELIAS D. S. (Org.): **Panorama da Geografia**

STRAUSS, C. L. **Mito e o Significado**, trad. António Marques Bessa Lisboa – PORTUGAL: Edições 70, 1978

TAPIASSU, A. **Da planta ao jardim**: Um guia fundamental para jardineiros amadores e profissionais. São Paulo: Nobel, 2008

UNEP – União das Nações Unidas para o Meio Ambiente. **Declaração de Estocolmo**: Declaração sobre o ambiente humano; Junho de 1972

URRY, J. **O olhar do turista**: Lazer e viagens na sociedade contemporânea; trad. Carlos Eugenio Marcondes de Moura. 3º Ed. São Paulo: SESC, 2001

VOLTAIRE [Arouet, François-Marie] **Candido ou o otimista**: trad. Jorge Silva / supervisão editora Jair Lot Vieira, 1 ed. – Bauru,SP: EDIPIRO,1996. (Serie clássicos)

CASTRO, Iná Elias de. Paisagem e turismo. De estética, nostalgia e política. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e Paisagem** . São Paulo: Contexto, 2002.

#### **Referencias eletrônicas:**

BRASIL. **Carta de Pero Vaz de Caminha**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 15 set.2009

DESCARTES, R. **Discurso do Método** [s.d.], trad. Enrico Corvisieri, digitalização: grupo de discussão Acrópolis (Filosofia) disponível em <http://br.egroups.com/group/acropolis/>. Acessado em 10 set. 2009.

FILHO, P. S. M. **Turismo de aventura e esportes radicais**: conceitos e interdisciplinaridade, a passagem do senso comum à atitude científica. 16ºed. 2006. Disponível em [www.etur.com.br](http://www.etur.com.br). Acessado no dia 06 out. 2009

MENEGUZZO, I. S.; MELO, M. S. **Dicionário histórico e geográfico dos campos gerais**. Escarpa Devoniana. Disponível em [www.uepg.br](http://www.uepg.br). Acessado 12 out. 2009

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Turismo. Turismo de Aventura. Disponível em [www.turismo.mg.gov.br](http://www.turismo.mg.gov.br). Acessado no dia 4 de Nov. de 2009

PARANÁ; Secretaria de Estado e Meio Ambiente; Instituto Ambiental do Paraná, Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas. **Plano de manejo do parque estadual de vila velha**. Curitiba: 2004, Disponível em <http://www.uc.pr.gov.br>. Acessado em 5 set. 2009

PARANA, Mineropar. **Parque Estadual de Vila Velha** disponível em [www.mineropar.pr.gov.br](http://www.mineropar.pr.gov.br). Acessado em 27 out. 2009

PARANÁ. Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Disponível em [www.pontagrossa.pr.gov.br](http://www.pontagrossa.pr.gov.br). Acessado 20 out. 2009

NEIMAN, Z. Fórum das águas: ecoturismo e desenvolvimento sustentável. Disponível em [www.semad.mg.gov.br](http://www.semad.mg.gov.br). Acessado no dia 12 out. 2009

II FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUASSU & III EPHTUR.,2008, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: Unioeste; UDC; Unifoz, 2008. 1 CDROM.

SNUC. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9985.htm). Acessado em 20 set. 2009.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Turismo. Disponível em [www.setu.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/estatisticas/ATRATIVOS\\_2008.pdf](http://www.setu.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/estatisticas/ATRATIVOS_2008.pdf) . Acessado em 02 de dezembro de 2009

**DEPRN / DUSM - Equipe Técnica de Mogi das Cruzes**. Disponível em [www.fundacaofia.com.br/gdusm/florestas\\_estagios.htm](http://www.fundacaofia.com.br/gdusm/florestas_estagios.htm). Acessado em 02 de dezembro de 2009

TAKEDA; I. J. M., SOUZA; M. K. F., FARAGO; P. V., GELINSKT; V. V. **Catálogo plinico do parque estadual de vila velha, Paraná** -. 3º. parte. Arq.Ciênc. Saúde: Unipar, 6 (1) : 61 – 66, 2002. Disponível em [HTTP:// revistas.unipar.br/saúde](http://revistas.unipar.br/saúde). Acessado em 23 set. 2009.

## ANEXOS

### **ANEXO A – Lenda Indígena de Itacueretaba (Fonte: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa)**

“Itacueretaba, antigo nome do local hoje denominado Vila Velha, significa “cidade extinta de pedras”. Este recanto foi escolhido pelos primitivos habitantes para ser Abaretama, “terra dos homens”, onde esconderiam o precioso tesouro Itainhareru. Tendo a proteção de Tupã, era cuidadosamente vigiado pelos apiabas, varões escolhidos entre os melhores homens de todas as tribos. Os apiabas desfrutavam de todas as regalias, porém era-lhes vedado o contato com as mulheres. A tradição dizia que as mulheres, estando em posse do segredo de abaretama, o revelariam aos quatro ventos, e chegando a notícia aos ouvidos dos inimigos, estes tomariam o tesouro para si. Se o tesouro fosse perdido, Tupã deixaria de resguardar o seu povo e lançaria sobre ele as maiores desgraças. Dhui (Luís), fora escolhido chefe supremo dos apiabas, entretanto, não desejava seguir este destino, pois se tratava de um chunharapixara (mulherengo).

As tribos rivais, ao terem conhecimento do fato, escolheram a bela Aracê Poranga (aurora da manhã), para tentar seduzir o jovem guerreiro e tomar-lhe o segredo do tesouro. A escolhida logo conquistou o coração de Dhui. Numa tarde primaveril, Aracê veio ao encontro de Dhui trazendo uma taça de Uirucuri (licor de butiás) para embebeda-lo. No entanto, o amor já havia tomado conta de seu coração não conseguindo assim completar a traição. Decidiu então, tomar a bebida junto com seu amado, e os dois se amaram a sombra de um ipê. Tupã logo descobriu a traição de seu guerreiro e furioso provocou um terremoto sobre toda a região.

A antiga planície fora transformada em um conjunto de suaves colinas. Abaretama transformou-se em pedra, o solo rasgou-se em alguns pontos, dando origem as furnas, o precioso tesouro fora derretido formando a Lagoa Dourada. Os dois amantes ficaram petrificados e entre os dois, a ataca ficou como símbolo da traição. Diz a lenda que as pessoas mais sensíveis a natureza e ao amor, quando ali passam ouvem a última frase de Aracê: Xê pocê o quê (dormirei contigo).”